

5. A FÁBRICA DA ETERNIT EM CASALE MONFERRATO

Fabrizio Meni¹

A fábrica da Eternit foi construída em Casale Monferrato, no Norte da Itália, em 1906. O progresso e a modernidade irromperam nos ritmos seculares das colinas de Monferrato e sua zona rural, feitas de pobreza, inanição, rugas e muito trabalho embaixo do sol. O local era perfeito para uma planta de cimento de amianto: em um território famoso por seu barro, um ingrediente necessário para a produção de cimento, e a 100 km de Balangero, o local da maior mina de amianto crisotilo na Europa Ocidental.

Ela era uma estrutura moderna que abriu oportunidades de emprego inesperadas. Em um mundo conhecia emigração como a única alternativa para a destituição, aquele era o “sonho americano” em casa: um trabalho bem pago com horas de trabalho definidas que também deixavam tempo para cuidar do jardim ou do pequeno vinhedo, um futuro estável para seus filhos - não era mais necessário trabalhar como escravo nos campos ou nas minas de marga. A Eternit era a própria imagem da vitória do homem contra a natureza: ela produziu apenas uma limitada gama de produtos, mas tinha criado “pedra artificial.”

Folhetos exibiam os usos do novo cimento-fibra maravilhoso em galinheiros, gaiolas, casas pré-fabricadas, congeladores, escolas pré-fabricadas e ginásios, etc., e, naturalmente, todos acompanhados do adjetivo “racional”, uma verdadeira senha para o futuro. Em Monferrato, tudo que era de “Eternit” era “bom”: as crianças usavam restos do produto da planta

para construir suas casas de árvore, os adultos para marcar os limites de seus jardins ou nivelar seus quintais. Sacos cheios de sucata, chamada “polverino” (pó), o mais prejudicial à saúde, foram dados gratuitamente, para serem usados indiscriminadamente, como prêmio a funcionários que executam um trabalho já conhecido como perigoso para a saúde.

Os funcionários trabalhavam em linha, como era comum em outras fábricas de cimento na área e nas minas das colinas; eles eram contratados por dia e muitas vezes esperavam horas até o início do trabalho, e assim sua jornada de trabalho era incredivelmente extensa. Contudo, no início do século, trabalho - seja em uma fábrica, em uma mina ou na terra - podia ser comparado com os trabalhos de uma besta da carga. A sociedade estava dividida em duas categorias principais: uma elite bem educada, que tinha o poder, e uma massa de pessoas ignorantes e subjugadas que podiam contar somente com sua própria força e as longas horas de trabalho duro, que, juntos, significavam exaustão. A elite não só podia ler e escrever, eles também falavam o idioma nacional. Em contraste, a massa de funcionários manuais era em sua maioria iletrada e comunicava-se em dialetos não conhecidos fora de sua área local: eram vistos pela elite como animais de trabalho, sem língua, mas somente expletivos, sussurros ou palavrões. Hoje, não parece acreditável que tal separação era justificada por crenças antropológicas na época inquestionáveis. A elite assumia a superioridade intelectual e espiritual

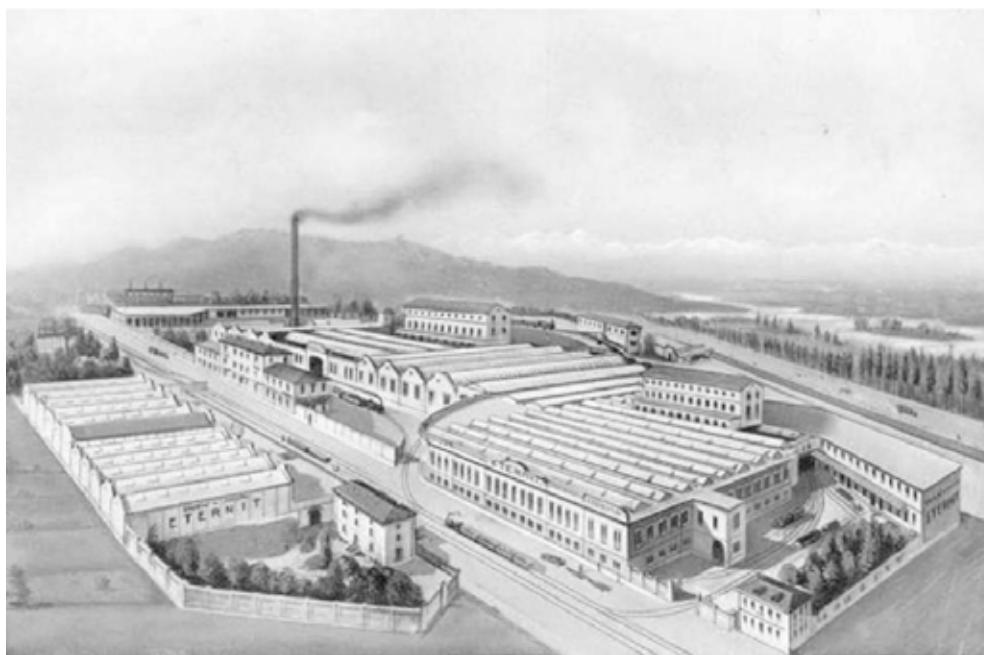


Imagem estilizada da planta da Eternit em Casale Monferatto na década de 1920. Arquivo da AFeVA.

¹ Fabrizio Meni: autor e historiador; e-mail: aiasin@libero.it. Traduzido do italiano por Elena Pertusati

posto que as massas fatigadas eram consideradas como sendo inerentemente estúpidas, sem a percepção de vida espiritual. Mas, com a introdução do trabalho pago na indústria, veio um sentido do valor dos trabalhadores. A classe trabalhadora sentiu-se portadora de valores e por algum tempo pensou-se que ela contribuía com seu próprio trabalho para a construção de um mundo melhor para o futuro.

Criou-se então um tipo especial de orgulho do trabalho em uma fábrica, um orgulho agora consignado aos reinos da arqueologia industrial. Esta crescente sensação de ser “uma classe de produção” levou os trabalhadores a questionar a divisão da sociedade tradicional, embora uma verdadeira mudança na divisão do trabalho não viesse a ocorrer até a década de 1960 na Itália. As gerações mais antigas, que trabalharam lado a lado com os mais jovens, mesmo nas décadas de 1960 e 1970, conservavam um sentido de reverência para com a elite que as comandava, prontas para chamá-los de “cavalheiros” com certo respeito, reconhecendo uma condição que eles pensavam em subverter (não destruir) apenas em sonhos.

Aqueles que trabalharam na fábrica da Eternit, contudo, sentiam-se privilegiados em comparação com aqueles que tinham de trabalhar como escravos nos campos, que já eram velhos aos quarenta anos ou que apodreciam curvados nas minas. Não importava se a tarefa fabril podia matá-los. Eles aceitavam a morte com a mesma resignação com a qual nasceram. O que quer que acontecesse, eles, “os animais”, podiam esperar morrer antes de sua hora. Realmente não lhes importava se foi o “polvere” (pó) que acelerou o processo. Eles diziam que teriam morrido de qualquer forma, e pronto. No máximo, as pessoas falaram genericamente sobre doenças. Normalmente o diagnóstico dos trabalhadores da Eternit era agravamento agudo de bronquite crônica, doença de fumantes pesados. Eles também falavam de câncer, mas associavam normalmente a doença a seu trabalho - uma condição existencial. A pessoa trabalha, adoece e então morre. Em um campo, em uma mina ou em uma fábrica; realmente não importava.

De fato, ficar doente por causa do trabalho podia ser uma fonte de orgulho, como um prêmio pela coragem: “Eu tenho o ‘polvere,’ você sabe,” como uma confissão gritada com dignidade, como se “pó nos pulmões,” além de lhe dar o direito de pagamento extra e esperança de aposentadoria precoce, fosse também a marca de quem muito trabalhou e se esforçou e souou para ganhar a vida.

Em contraste, os “proprietários” da Eternit representavam o protótipo do capitalismo contemporâneo. Na década de 1980, a família Schmidheiny controlava fábricas da Eternit em

16 países com mais de 23.000 funcionários e um rendimento anual de aproximadamente 2 bilhões de francos suíços. Por três gerações, os Schmidheyns esforçaram-se por mostrar-se profundamente movidos por um senso de dever abrangendo os ingredientes que, de acordo com Weber, combinam o espírito capitalista com a ética Calvinista. Contudo, aparentemente seguindo-se o princípio de que “dinheiro não fede” muitas de suas ações iam de encontro a qualquer código moral: seu sucesso econômico na Alemanha nazista graças à ajuda de Hitler, o uso de um campo de concentração para trabalho forçado na fábrica da Eternit em Berlim, a exploração de funcionários negros tratados como escravos nas minas sul-africanas durante o apartheid, ou a forma como eles adquiriram a chance de reconstruir a Nicarágua com cimento de amianto após o país ser destruído por uma guerra civil e terremoto em 1976, com a ajuda financeira do futuro ditador Somoza.

Mesmo o último representante da dinastia, Stephan Schmidheiny, agora em julgamento em Turin, é um herdeiro digno: ele iniciou sua carreira muito cedo dirigindo a Everite, a fábrica sul-africana, nos piores anos do apartheid. Quando ele assumiu o controle de toda a empresa, em 1975, Schmidheiny tinha apenas 28 anos, mas já era um homem de negócios astuto.

Em 1991, Schmidheiny livrou-se das minas de amianto da Eternit e de muitas fábricas que produziam derivados de amianto, esperando fugir da responsabilidade pelo dano catastrófico que ele e a empresa de sua família tinham causado ao longo dos anos. A empresa Eternit Italiana, na qual a família Schmidheiny tinha ações substanciais, além de seu controle de política, e na qual o Barão Belga de Cartier de Marchienne era diretor executivo, e a Eternit Belga uma acionista importante, finalmente declarou falência em 1986. A fábrica da Eternit em Casale foi abandonada com todo seu conteúdo venenoso e os últimos 350 funcionários perderam seu emprego. Logo depois, Schmidheiny mudou sua imagem e aposentou-se para começar a escrever livros sobre meio-ambiente e economia verde como um perfeito agricultor antiglobalização. Ele foi Representante da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, consultor de Clinton, professor de economia em várias universidades, fundador da empresa Swatch, acionista da UBS e da Nestle; contudo, mais importante, ele é um dos homens mais ricos no planeta.

É um fato indiscutível que Schmidheiny finalmente passou a uma produção sem amianto, mas ele o fez muito lentamente, afirmando por muitos anos que não material algum que pudesse substituir o amianto. Mesmo embora governos estivessem preocupados com o aumento da consciência pública quanto aos perigos do amianto, a influência

da indústria de amianto foi forte o suficiente para atrasar o banimento do amianto nos países europeus - 1992 na Itália, 1993 na Alemanha, 1996 em França - apesar da crescente evidência provida por profissionais de saúde.

A estratégia adotada nos últimos dez anos da produção de cimento de amianto em Casale foi que a Eternit parecesse atender as preocupações dos funcionários aprimorando as condições de trabalho, criando assim a imagem de uma empresa humanitária. Contudo, ela negou durante anos que o amianto causasse mesotelioma e repudiou como subversivas as lutas do sindicato em defesa da saúde dos trabalhadores. O que veio à luz no julgamento de Turin é que a Eternit escondeu evidências dos perigos do amianto e contratou uma agência de relações públicas para monitorar e investigar as atividades de sindicalistas, ativistas anti-amianto e promotores.

Os trabalhadores sabiam muito bem, contudo, que as condições de trabalho eram terríveis e que eles arriscavam sua saúde - eles sabiam disso há quase um século. A maior parte das mulheres trabalhava no departamento de moldagem, formação e corte de vários produtos feitos à mão. “Costumávamos usar um lenço em nosso cabelo para que ele não ficasse coberto demais com aquele pó branco.” Vagões cheios de sacos de amianto chegavam à estação ferroviária em Casale; os vagões então precisavam ser descarregados manualmente em carretas, que eram então levadas aos departamentos de processamento. O amianto era armazenado em silos muito altos e depois levado das portas dos de silo por empilhadeiras, para ser processado.

Então vieram as máquinas usadas para separar as fibras antes de ele ser misturado ao cimento, alimentadas à mão com amianto bruto. Diz-se que até os vinhedos ao redor da fábrica ficavam brancos por causa do pó.

Até o início dos anos 60, as iniciativas tomadas pelos sindicalistas na fábrica estavam restritas a solicitações que a gestão inclinava-se a perceber como “deliberadamente exageradas,” isto é, exigindo máscaras, filtros, ventiladores e qualquer outra forma de proteção contra aquele pó. Normalmente, a solução para essas pessoas irritantes era o “Kremlin”, o departamento com as condições mais duras e insalubres, o lugar para onde os funcionários sindicalizados acabavam indo: era um departamento de acabamento de tubos, com muitas curvas e tetos muito baixos. Filtros de poeira foram instalados perto do final dos anos 60, mas isso apenas deslocou o perigo: na verdade, à noite, os filtros eram abertos e o vento transportava o pó para a cidade.

Nos anos 60, a opinião pública apoiava a fábrica porque ela tinha trazido empregos e dinheiro para

muitas famílias: protestos industriais conseguiam apenas compensação por danos, mas mesmo isso foi apreciado pelos funcionários, que aceitavam o risco para garantir o futuro bem-estar de seus filhos. “Porque demorou tanto para descobrirmos que o amianto é cancerígeno? Por causa de um viés antissindicato, antitrabalhador e anticomunista. Em Casale, apenas alguns médicos e poucas pessoas da associação ambiental estavam de nosso lado” diz Bruno Pesce.

A ideia de “fechar a fábrica” era vista como um plano louco que poria em risco milhares de empregos; significaria cancelar aquele “sonho americano em casa” que a Eternit representava. Portanto, para criar pressão por ações, o sindicato precisava superar a desconfiança dos funcionários, que não queriam arriscar seus empregos, e a hostilidade dos habitantes locais, que não queriam apoiar um compromisso contra o principal recurso econômico da região. Contudo, essa atitude mudou quando pessoas começaram a morrer sistematicamente, mesmo homens e mulheres que nunca tiveram relação alguma com a fábrica.

Em 1988, a “Associazione esposti all’amianto” (Associação de pessoas expostas ao amianto) foi fundado em Casale; posteriormente seu nome foi mudado para “Associazione Vittime” (Associação de Vítimas), quando ficou comprovado não somente a correlação entre o amianto e o mesotelioma, mas também que a taxa de mortalidade em Casale era muito mais alta que no resto da Itália.

Contudo, mesmo quando confrontado com este cenário negro de mortes e câncer ligado ao amianto, houve ainda pessoas argumentando que a consideração mais importante era defender o capitalismo - o arauto da prosperidade, conforto e progresso; embora o capitalismo e seu princípio guia - o comércio livre - incluía uma série de condições que foram desconsideradas pela multinacional belga-suíça.

O comércio livre deve ter como base a democracia; para ser de fato livre, ele deve apoiar a liberdade de informação e expressão. Agora, manipular informações, silenciando as vozes da pesquisa científica, propagar rumores falsos camuflados como dados científicos, disseminar publicações e prover cursos de treinamento de arquitetos e engenheiros para encorajá-los a usar amianto ao invés de materiais tradicionais - este não é comportamento que segue os princípios guias do capitalismo.

Se, à luz das descobertas de Selikoff na década de 1960, que relacionava a exposição ocupacional ao amianto à doenças do pulmão, a Eternit tivesse passado a uma produção de cimento de fibra sem amianto, a empresa não teria conquistado uma posição tão vantajoso na indústria de construção.



E Stephan Schmidheiny provavelmente não teria tornado-se um dos homens mais ricos da Terra.

Em Casale Monferrato atualmente, na área que foi dominada durante um século pela Eternit, a “fábrica da morte,” há uma grande extensão de concreto com somente alguns restos de edifícios - arqueologia industrial fúnebre. Este é o resultado de um processo de descontaminação único que seguiu-se ao fechamento da fábrica em 1986 e a sua demolição em 2006; uma tarefa que exigiu tremendo esforço de instituições locais, posto que nenhuma ajuda foi dada pelos fabricantes que lucraram com a produção de cimento de amianto em Casale por 80 anos (estima-se que 23 milhões de tons de cimento de amianto foram produzidas em Casale).

Desde o final dos anos 70, o período durante o qual números confiáveis estão disponíveis, aproximadamente 1.700 pessoas em Casale Monferrato morreram por doenças relacionadas ao amianto. Além disso, estima-se que até 2030 quase 50 habitantes de Casale Monferrato morrerão a cada ano por tais doenças, a maioria de mesotelioma. É um desastre comparável ao de Chernobyl no sentido que, já há muitos anos, doenças relacionadas ao amianto abateram cidadãos e ex- funcionários da Eternit indiscriminadamente.

Somente na Europa, a cada cinco minutos uma pessoa morre por uma doença diretamente causada pela exposição ao amianto. De acordo com um estudo da União Europeia, estima-se que até 2030 o número de vítimas de doenças relacionadas ao amianto na Europa seja de aproximadamente meio milhão.

O mesmo capitalismo cínico e cruel experimentado pelas pessoas de Casale Monferrato, com consequências tão trágicas, permanece em outros países para os quais a produção de cimento de amianto foi transferida. A indústria ainda usa nestes países os mesmos argumentos que ouvimos há muito tempo: aqueles estudos “científicos” demonstram a segurança do amianto branco, que o “uso controlado” é seguro, que a incorporação em uma matriz de cimento torna as fibras de amianto letais inofensivas. Sem dúvida os preços foram mantidos baixos, minimizando custos de produção e fazendo vista grossa a parâmetros de segurança e proteção do meio-ambiente e não priorizando a saúde e os direitos dos funcionários. Contudo, nós, no ocidente, supostamente não devemos nos preocupar com isto, ou com o fato de que a produção de amianto está crescendo: está agora sendo usada em locais distantes - China, Índia, Vietnã...

Produtos de amianto são mais baratos que substitutos mais seguros porque a indústria continua a operar instalações de produção perigosas com poucas, ou nenhuma, medidas de saúde e segurança e descarrega suas responsabilidades pelas doenças que causa às comunidades e funcionários em risco. O mesmo que ocorria no século 20 na Itália, ocorre hoje em muitos países em desenvolvimento - funcionários pagando com suas vidas o privilégio de trabalho para empresas de amianto.

Setembro de 2011

6. O ATIVISMO DO AMIANTO EM CASALE MONFERRATO “NOSSA LUTA PELA JUSTIÇA, DESCONTAMINAÇÃO, PESQUISA”

Romana Blasotti Pavesi, Bruno Pesce, Nicola Pondrano¹

O julgamento de figuras da alta administração das multinacionais Eternit Suíça e Belga finalmente iniciou-se em Turin, no dia 10 de dezembro de 2009. (Na Itália, as multinacionais da Eternit possuíam cinco instalações de processamento de amianto: uma grande fábrica em Casale Monferrato e instalações menores em Cavagnolo, Rubiera, Bagnoli e Siracusa.) Nós, as vítimas de Casale, esperamos por 25 anos que a alta administração do grupo Eternit enfrentasse a justiça, um período longo de luta apaixonada, durante a qual ganhamos casos contra gerentes locais e fizemos campanha pelo banimento nacional do amianto, o que foi conquistado em 1992. A Confederação Geral do Trabalho na Itália (CGIL) e a Associação das Famílias das Vítimas de Amianto (AFéVA), sempre perseguiram, obstinadamente e inflexivelmente, três objetivos principais: justiça, descontaminação e pesquisa.

No julgamento de Turin estão o magnata suíço Stephan Schmidheiny e o Barão Belga Louis de Cartier de Marchienne; ambos são acusados de intencionalmente e conscientemente negligenciar regras de segurança e intencionalmente causar dano ambiental permanente. O caso atraiu a atenção mundial e é de longe o mais significativo dentre os vários processos criminais contra executivos da indústria de amianto.

O que torna este julgamento único é o tamanho do esforço judicial e o número de vítimas envolvido: a investigação meticulosa conduzida pelo Promotor Público Raffaele Guariniello resultou em um dossiê que chega a 200.000 páginas e quase 3.000 vítimas

do amianto foram nomeadas. Concorrentemente ao julgamento criminal, um processo civil está em andamento envolvendo aproximadamente 6.000 pessoas que buscam indenização da Eternit: vítimas de amianto e membros da família. Dentre as vítimas identificadas no julgamento, aproximadamente dois terços já morreram; com 75% dessas mortes registradas em Casale Monferrato, onde a exposição ambiental levou a 500 mortes de residentes por mesotelioma, enquanto a exposição ocupacional causou as mortes de mais de 1.000 funcionários por asbestose, câncer de pulmão e mesotelioma (até 2008). Podemos adicionar a estes números terríveis aproximadamente 1.000 pessoas que morreram desde 2007; A Eternit terá de responder por estas mortes em um julgamento posterior.

Na Itália, mais de 1.000 mesoteliomas por ano são atualmente registrados. Somente em Casale Monferrato, uma pequena cidade de 36.000 habitantes, até 45 casos por ano são diagnosticados; significativamente, somente 20% dos que hoje são diagnosticados com mesotelioma são ex-funcionários do amianto. Esperamos que o número de mortes logo comece a diminuir. Levando ao que venho a se tornar o maior julgamento da Europa centrado em “mortes em massa pelo amianto,” houve um esforço implacável para combater os perigos do amianto, concentrados em duas frentes: ação sindical para proteger a saúde de funcionários e os direitos individuais, e ação coletiva para proteger não só os funcionários, mas toda a comunidade.

De particular importância nas campanhas em



Membros da galeria pública medem cada palavra dos processos - a maioria são parentes de vítimas.

¹ Romana Blasotti Pavesi é presidente da AFéVA; Bruno Pesce (e-mail: vertenzamianto@gmail.com) é coordenador de litígio de amianto da AFéVA e foi Secretário da CGIL em Casale Monferrato de 1979 a 1984; Nicola Pondrano (e-mail: n.pondrano@inca.it) é Secretário da filial da CGIL para Casale Monferrato. Traduzido do italiano [ao inglês] por Elena Pertusati.

favor dos trabalhadores foi o papel do sindicato dos trabalhadores, especialmente a filial local do sindicato (Camera del Lavoro) em Casale, e a INCA-CGIL (a sociedade de bem-estar da CGIL). Conquistar reconhecimento oficial e indenização por doenças relacionadas ao amianto ocupacional mostrou ser um processo contencioso e envolveu procedimentos médico-jurídicos complexos. Embora o primeiro caso de asbestose tenha sido reconhecido em Casale em 1947, apenas em 1987 a ocorrência de mesotelioma sem asbestose foi reconhecida pela Agência de Indenização por Lesões Industriais (INAIL).

Ação coletiva dentro e fora da planta, conduzida inicialmente pelos Sindicatos, logo atraiu o apoio de ambientalistas e vítimas de amianto. As Autoridades locais, contudo, não aderiram à campanha até a década de 1980.

Abaixo está uma sinopse da luta contra o amianto em Casale Monferrato, uma luta de comunidade, que contribuiu para o lançamento do julgamento dos executivos da Eternit.

1ª Etapa: a década de 1960

Na década de 1960, condições de trabalho árduas, poeirentas ou barulhentas eram normalmente usadas como moeda de negociação para conseguir aumentos salariais. Conseqüentemente, a negociação de “acordos em dinheiro” para resolver problemas originados de condições de trabalho era uma ocorrência comum.

Foi difícil pressionar por mudanças nas práticas de trabalho e de certa forma impensável questionar o uso de matéria-prima, como amianto, por motivos de saúde. Era considerado “normal” que funcionários adoecessem e conseqüentemente morressem: afinal eles “eles eram só funcionários” e seus superiores naquele momento estavam inclinados a reconhecer que a “sobrevivência do mais forte” era a ordem natural das coisas para a classe trabalhadora.

2ª Etapa: década de 1970

1968 não foi um ano famoso apenas devido a protestos estudantis; com o desenvolvimento do processo destinado a levar à unificação dos sindicatos e à aprovação da nova legislação (isto é, a Carta de Direitos dos Trabalhadores em 1970) milhões de trabalhadores em toda parte da Itália lutaram para melhorar o ambiente de trabalho e proteger a saúde de funcionários de fábricas. Em Casale, essa luta recebeu o auxílio de um compromisso significativo de médicos e pesquisadores tanto para minimizar o risco a trabalhadores quanto para apurar novos casos de doenças relacionadas ao amianto conforme tais surgiam. Nesta era, todas as plataformas sindicais incluíam demandas específicas, originadas a nível

de fábrica, acerca de problemas ambientais e de saúde no local de trabalho. Houve algumas melhorias na fábrica de Casale.

3ª Etapa: 1979-1998

A verdadeira luta contra o uso contínuo de asbestos iniciou-se na década de 1980, quando uma crise econômica industrial levou a uma mudança de opinião pública e os esforços sindicais para aprimorar a saúde e a segurança no local de trabalho não mais eram tão eficazes. Em 1986, a Eternit encerrou suas operações na Itália. Nesta época, por causa de sua participação em promover direitos de funcionários (em particular, desde o final da década de 1970), o sindicato tinha conquistado um grau de credibilidade e “autoridade” entre os funcionários - só muito depois ganharia o respeito do público. Na prática, a transição da ação para aprimorar condições a um questionamento completo do risco do amianto não foi fácil. Contudo, em Casale não houve nenhum verdadeiro confronto entre partidários da proteção do trabalho e ambientalistas - entre trabalhadores e um sindicato que no momento trabalhava junto com as associações ambientais para o objetivo comum de eliminar o uso do amianto. Obviamente os funcionários estavam muito preocupados com seus empregos e era relevante lembrar a alguns ativistas ambientais que o pacote de pagamento de um funcionário não era um “extra opcional” mas uma necessidade básica.

Esta 3ª etapa pode ser dividida como se segue:

• 1979

Graças ao trabalho de Nicola Pondrano, que passou a ser o responsável pelo INCA - escritório da CGIL, e de doutora Daniela Degiovanni, que levou a doenças relacionadas ao amianto e ao reconhecimento pela INAIL do conseqüente direito a benefícios, houve um desenvolvimento forte de processos médico-jurídicos (pessoas incapacitadas o suficiente para receber benefícios da INAIL receberam o direito de buscar outras compensações em uma corte civil). Havia centenas de casos, com a maioria apresentando resultados positivos.

• 1981-1983

Quando a INAIL aceitou um pedido da Eternit para isenção do pagamento de um prêmio de seguro para cobrir riscos de asbestose/silicose (implicando que a fábrica não apresentava riscos neste sentido), decidiu-se por um processo nos tribunais civis. O resultado deste processo foi um veredicto confirmando os riscos de amianto em todas as oficinas da Eternit, e, inclusive, algumas preocupantes referências à poluição na cidade. Após uma apelação da Eternit, este veredicto foi finalmente confirmado pelo Supremo Tribunal em 1989.

• **1984**

A INCA e o escritório do sindicato local da CGIL (camera del lavoro) organizaram a primeira conferência sobre doenças relacionadas ao amianto.

• **1986**

A Eternit entrou em concordata e então falência: após 80 anos de atividade e tendo, à vezes, quase 2.000 empregados, a Eternit decidiu jogar fora o que era naquele momento “um limão espremido,” deixando 350 funcionários desempregados e não conseguindo cumprir a promessa de uma nova fábrica e da possível conversão a uma tecnologia “sem amianto”. Então veio uma proposta da SAFE (Eternit França) de reabrir a fábrica empregando novamente amianto, mas o sindicato a recusou.

• **1987**

O primeiro estudo epidemiológico (pela universidade de Turin e pela Autoridade de Saúde Local de Casale) revelou um massacre virtual: 200 mortes devido a exposição ao amianto entre funcionários da Eternit. Novas pesquisas, desta vez em membros da família e residentes locais, foi conduzida. Como resultado, o prefeito Riccardo Coppo banuiu o amianto na área de Casale: foi o golpe final a qualquer tentativa de reconciliar-nos com o amianto.

• **1988**

A Associação das Famílias de Vítimas do Amianto (AFeva) foi fundada e sua presidência dada à Sra. Romana Blasotti Pavesi, um ativista apaixonada que perdeu tanto seu marido quanto sua filha para doenças do amianto. A isso seguiu-se a formação do Comitê de Processos de Amianto, que uniu as principais associações locais na luta contra o amianto.

• **1989**

Uma segunda reunião intitulada “Não ao Amianto” foi organizada pela CGIL em Casale Monferrato. Nela, foi apresentada uma proposta de redação de legislação para banimento do amianto e estabelecimento de um fundo nacional para todas as vítimas do amianto, isto é, cobrindo tanto exposição ocupacional quanto ambiental. A CGIL apoiou a proposta em nível nacional e incluiu os sindicatos CISL e UIL. Seis meses depois, foi apresentada uma plataforma nacional comum para banimento do amianto.

• **1992**

Após três anos de protestos em frente ao edifício do Parlamento em Roma, demonstrações e petições, a Lei 257 foi

aprovada. Ela banuiu o amianto em toda a Itália. A lei foi um grande sucesso, mas não forneceu financiamento algum às vítimas.

• **1993**

Após oito próximos anos de procedimentos para acusação, foi dado entrada no primeiro processo criminal contra a alta administração da Casale Eternit s.p.a.. O resultado final foi decepcionante: embora os réus fossem considerados culpados, a aceitação de circunstâncias atenuantes na apelação resultou em uma pena reduzida - nenhum deles passou um dia na prisão. Além disso, limitações excluíram 800 partes lesadas - trabalhadores doentes ou mortos - de pedir indenização neste julgamento. Felizmente, compensação de aproximadamente € 3,6 milhões foi obtida para os elegíveis. (Em 2010, com o encerramento do procedimento de falência, € 5,5 milhões foram acrescentados.)

• **1998**

O projeto de descontaminação de 48 vilas e cidades no Distrito de Casale começou, graças a financiamento público.

Até o presente, a descontaminação foi concluída em todos os edifícios públicos e na antiga fábrica da Eternit, que foi demolida em 2006, exatamente um século após ser construída. Nesse mesmo local em breve haverá um parque público e um projeto de reconversão urbana denominada EterNot, que melhorará em muito o bairro Ronzone. Conquanto mais de 50% dos locais privados tenham sido descontaminados, há ainda 500.000 metros quadrados a serem descontaminados na cidade. Auxílios financeiros cobrem 50% do custo de substituir telhados de amianto e 100% do custo de descontaminação envolvendo amianto friável. Já há algum tempo, a quantidade de poluição em Casale é agora a mesma que a de outras cidades. Se a Autoridade Local tratar a descontaminação restante com sucesso, em alguns anos o Distrito de Casale pode tornar-se o mais livre de amianto da Itália.

Nosso objetivo de obter justiça para as vítimas e descontaminar o meio-ambiente local foram firmemente buscados por anos e em parte cumpridos. No entanto, não podemos ignorar o fato de que há ainda problemas que não foram resolvidos. Delineamos abaixo nossos próximos desafios na luta contra o amianto.

Estabelecer um Fundo Nacional para Vítimas do Amianto

Deve-se observar o exemplo francês (o esquema de indenização operado pelo FIVA). O fundo deve ser financiado tanto por contribuições públicas quanto privadas. Ele deve conceder indenização equitativa a todas as vítimas do amianto, cobrindo



Dia do Memorial dos Funcionários 2011, quando centenas de ativistas de todo o mundo reúnem-se na Itália para mostrar solidariedade ao povo de Casale Monferrato.

tanto exposições ocupacionais quanto ambientais, com a aceitação de tal indenização não isentando a parte culpada (o poluidor) de responsabilidades criminais.

Não à Redução de Penas

A Itália tem oficialmente mais de 2.000 mortes por ano relacionadas ao amianto, assim como aproximadamente 900 fatalidades por acidente de trabalho. Apesar desses dados dramáticos, o Parlamento Italiano está ocupado com questões inteiramente diferentes! Por implicação, eles aceitam o custo apavorante de lesões industriais. Nós precisamos, ao contrário, adotar maior rigor e compromisso, fortalecer inspeções e supervisão, e reformular o papel dos sindicatos para prover proteções. Não nos deixemos esquecer que as mortes por doenças ocupacionais e câncer são mortes muitas vezes silenciosas, no sentido de que não são normalmente assunto de debate público, embora as vítimas sofram terrível dor e aflição.

A Luta contra o Mesotelioma

Novas pesquisas científicas e tratamentos são precisos. Câmbios com outros países são necessárias para desenvolver tratamentos com melhor sucesso e mais acessíveis (e protocolos de terapia). Para este fim, em 2007, a Região de Piemonte e o Ministério da Saúde decidiram fundar um Centro Regional de Pesquisas do Amianto em Casale, especializado em áreas como: meio-ambiente, assistência médica e TI (para criar um banco de dados de casos de amianto em tribunais, por exemplo). Fizemos novos pedidos para que este projeto, que tem um Comitê Científico liderado pelo professor Benedetto Terracini, receba luz verde.

Nova Política Europeia

Precisamos de participação mais ativo da UE e de outras organizações internacionais nos esforços globais para banir o amianto (ainda não banido em aproximadamente 75% dos países do mundo), e para a descontaminação ambiental da Europa. Também precisamos de novas Diretivas da UE para facilitar a identificação de responsabilidade e os procedimentos de indenização.

A fuga da responsabilidade por empresas multinacionais quando estas prejudicam a saúde de pessoas ou o meio-ambiente é inaceitável. A possibilidade de processos jurídicos e investigações para determinar os danos deve ser expandida. Posto que empresas multinacionais, como a Eternit, têm organizações muito complexas, também precisamos simplificar os procedimentos internacionais de investigação e o uso de cartas rogatórias ao submeter pedidos a tribunais estrangeiros - deve ser mais fácil obter indenização quando os processos envolvem sistemas judiciais internacionais. Por fim, através da cooperação a nível internacional, as leis nacionais acerca do meio-ambiente, saúde, indenização e bem-estar devem ser racionalizadas e feitas conforme com normas aceitas globalmente.

Pensamos que o atual processo contra a alta administração da Eternit lançará luz no que levou à matança que testemunhamos - um sistema econômico que permitiu lucro fácil, com aqueles que obtiveram os lucros aparentemente impérvios ao dano que infligiam aos funcionários e às comunidades. Estamos certos de que a investigação realizada por PP Guariniello e os membros de sua equipe é em por si só uma enorme contribuição para esta luta internacional da civilização.

Agosto de 2011

7. UM JULGAMENTO COM IMPLICAÇÕES ABRANGENTES

Laurent Vogel¹

Em 4 de julho de 2011, o promotor público de Turin, Raffaele Guariniello, concluiu sua declaração do caso pedindo sentenças de prisão de 20 anos contra os dois homens no banco dos réus - o bilionário suíço Stephan Schmidheiny e o Barão da Bélgica Louis de Cartier de Marchienne.

O julgamento de Turin é especial - obviamente não por ser a primeira vez que a indústria do amianto encontrou-se no banco dos réus, mas devido à soma de três fatores:

1. É o resultado de quase meio século de ação trabalhista direta em busca de justiça criminal dirigida basicamente por funcionários da fábrica da Eternit em Casale Monferrato.
2. É um julgamento criminal focado na importação, através de política social e pública, de cânceres causados pelo trabalho.
3. É a primeira vez que os representantes dos responsáveis por decisões superiores do grupo Eternit foram indiciados pelas consequências do que fizeram em um determinado país. Isto dá ao julgamento importância transnacional.

Um Julgamento que Coroa quase Meio Século de Ação Trabalhista Direta

Uma coisa que destaca o julgamento de Turin de outros julgamentos é sua trama de funcionários e população de Casale Monferrato formando um ator coletivo. Em muitos outros casos, especialmente em litígios de ação de classe nos Estados Unidos, um ator coletivo tende a emergir como resultado da ação legal. As vítimas tornam-se uma força acumulada pelo ímpeto de um julgamento. A situação de Casale Monferrato é muito diferente. A consciência dos perigos do amianto cresceu a partir da ação trabalhista direta que gradualmente tornou-se radicalizada e expandida à comunidade como um todo. Foi um processo pontuado por processos de uma tipo ou de outro - nem todos bem sucedidos - mas não foi formado por eles.

Em geral, o monumental trabalho investigativo executado pelas autoridades de administração de justiça só pôde ser feito por causa da memória coletiva desenvolvida com seus próprios meios de registro e investigação de fatos. A ação direta dos funcionários encontrou formas de tomar propriedade crítica da realidade do trabalho. Ela produziu alianças entre funcionários e cientistas. Ela desafiou a realidade do estabelecimento. Esta autoqualificação através do conhecimento apresenta-se com a clareza de detalhes com a qual o julgamento foi capaz de pesquisar no histórico de condições de trabalho a organização comercial e os impactos dos negócios da Eternit

à saúde. Foi uma fundação indispensável de uma reinterpretação inovadora de conceitos legais clássicos como casualidade, responsabilidade e dolo.

A extensa investigação judicial desenterrou 2.969 casos - mais de 2.200 mortes e aproximadamente 700 doentes de câncer. O rolo da morte em Casale Monferrato apresenta: aproximadamente 1.000 funcionários da Eternit, 500 residentes locais e 16 funcionários terceirizados. Somados a estes estão aproximadamente 500 casos em Bagnoli, próximo a Nápoles, 100 em Cavagnolo, na província de Turin, e aproximadamente 50 em Rubiera, na província de Reggio Emilia. A responsabilidade da diretoria da Eternit pelas mortes de 11 funcionários italianos que trabalharam na Suíça também será considerada. Essa parte do caso foi uma das mais difíceis de formar, posto que a Organização Nacional de Seguro de Acidentes da Suíça (SUVA) por muito tempo recusou a entrega dos registros até ser forçada a assim fazê-lo por uma decisão judicial da Suíça.

A fábrica da Eternit em Casale Monferrato iniciou atividades em 1906. Localizada perto da mina de Balangero, foi um importante centro de produção de mercadorias de cimento de amianto, especialmente a conhecida folha ondulada homônima ao nome Eternit. A produção da mina de Balangero não conseguiu acompanhar a demanda de produção. Casale Monferrato tinha a dúbia fama de adquirir seus suprimentos de amianto de países em quatro continentes - Brasil, Canadá, África do Sul e Rússia. Até 1980, os sacos de amianto eram descarregados e abertos à mão, e seus conteúdos empilhados em enormes silos. O processo de produção nesta etapa era pouco diferente das técnicas usadas por camponeses para guardar feno. Tão grave era a poluição que a fábrica parecia coberta por uma bruma permanente. Durante a segunda guerra mundial, repetidas tentativas por aviões americanos de bombear a ponte do Po, estrategicamente importante, fracassaram, com os pilotos informando um fenômeno atmosférico grotesco pelo qual a pequena cidade parecia envolta em grossas nuvens brancas durante todas as estações.

A Eternit era um negócio paternalista e oferecia gratuitamente a seus funcionários "telhas" de cimento de amianto. Os sacos que haviam transportado amianto podiam ser levados para casa e usados para colher batatas. Os habitantes locais podiam livremente pegar restos na fábrica para usar como isolamento de teto ou alamedas de jardim. Foi com um paternalismo tranquilizante quando médicos do trabalho deram garantias de que trabalhar com

¹ Laurent Vogel é Diretor do Departamento de Condições, Saúde e Segurança do Trabalho, Instituto Sindicalista Europeu. E-mail: lvogel@etuc.org

amianto não provia risco algum. Funcionários que expressavam preocupações podiam receber equipamento de proteção basicamente inútil. Mas tornava-se áspera e repressiva quando desafiada. Uma oficina de produção universalmente conhecida como Kremlim estava situada em um prédio lateral próprio. Neste local a exposição ao amianto era a mais alta. Era onde os tubos e dutos eram acabados, virados na altura de peito em uma sala com teto muito baixo. Era aqui que a administração punha ativistas da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL). Poucos funcionários exilados ao Kremlim chegaram ao seu 60º aniversário.

As primeiras lutas dos trabalhadores contra danos à saúde relacionados ao amianto datam a década de 1950. O reconhecimento de doenças ocupacionais veio de pouco em pouco: o primeiro caso de asbestose foi reconhecido somente em 1947. A crescente percepção dos trabalhadores foi obstruída pelas constantes negativas da empresa. Posto que a Eternit garantia tenazmente que o trabalho não era perigoso, mesmo medidas de proteção mais básicas foram consideradas muito caras. Em 1961, o descontentamento dos funcionários transformou-se em greves e protestos que foram barbaramente reprimidos pela polícia. Seria preciso outros 20 anos até que empresa cedesse pela primeira vez às exigências do sindicato.

Bruno Pesce, que liderou a federação trabalhista de Casale Monferrato desde 1979, concentrou as demandas sindicais na proteção à saúde. Uma onda de greves e reuniões de chão de fábrica seguiram-se. Os sindicatos ganharam o direito a um estudo de exposições perigosas realizado pelo instituto de medicina ocupacional de Pavia, com o envolvimento e supervisão do sindicato. Representantes sindicais mostrariam a planta aos pesquisadores e técnicos, indicando onde as amostras deviam ser tomadas. O trabalho de campo levou 40 dias, e encontrou níveis de exposição ao amianto muito altos. A resposta do empregador foi um ataque duplo: uma tentativa de romper a união dos funcionários afirmando que melhorias podiam ser feitas, mas somente se a remuneração em dinheiro por alto risco (24.000 liras por mês para os funcionários mais expostos ao pó de amianto) fosse eliminada; e estabelecer um serviço de saúde ocupacional controlado pelo empregador, cuja primeiro boletim informativo alertava os funcionários a não fumar! Isso provocou uma paralisação de duas horas. O sindicato CGIL decidiu contratar seu próprio médico qualificado, Daniela Degiovanni, que ajudou a descobrir a monstruosa verdade: centenas mortas por mesotelioma e câncer de pulmão; milhares mais sofrendo doenças de pulmão e outras condições relacionadas ao amianto.

Em 1986, a fábrica fechou quando a subsidiária

local da Eternit foi à falência, mas custo pedágio continuava a aumentar. O período de latência entre a exposição ao amianto e o desenvolvimento de câncer ser de até quarenta anos. E o meio-ambiente estava tão poluído que a maior parte da população de Casale Monferrato estava constantemente exposta a níveis elevados. Pessoas em Casale Monferrato ainda estão morrendo por causa do amianto: novos casos mesotelioma são atualmente 40 por ano, e as projeções epidemiológicas sugerem que isso continuará até 2015-2020. Casale Monferrato tem uma população de aproximadamente 35.000.

Em uma conferência internacional paralela ao julgamento, em março de 2010, Bruno Pesce remontou a história e escolheu as principais características do movimento de ação direta.

A abordagem ao longo de toda a década de 1950 e de 1960 foi monetizar os riscos. Os funcionários concentravam-se no desgaste físico do trabalho, nos altos níveis de ruído e nas oficinas cheias de pó com o objetivo principal de obter indenização na forma de salários mais elevados. Não havia na época a intenção de procurar uma alternativa para a produção de materiais contendo amianto.

A partir de 1968, as lutas tomaram uma direção mais radical. Uma aliança foi formada entre representantes sindicais e médicos conscientes de sua responsabilidade social e política de atacar a doença. A organização do trabalho tornou-se o ponto principal da agenda. Não havia nenhuma exigência específica de sucatar o amianto, mas uma crescente convicção de que os chefes não deviam ter controle absoluto quanto aos objetivos e métodos de produção. Foi um tempo de fermento criativo e pensamento crítico, que na Itália, mais que em qualquer outro lugar do mundo, mobilizaria o coração e a alma de uma geração inteira do movimento trabalhista.

Diferentemente de outras fábricas, as demandas ambientais locais e os interesses de funcionários quanto a trabalhos e salários uniram-se na década de 1980. O comitê de administração da loja da fábrica organizaria a crescente oposição da comunidade ao grupo Eternit - uma aliança criada pelas tentativas incessantes da confederação sindical CGIL de reconhecer as doenças ocupacionais e os primeiros processos por danos contra a Eternit no início da década de 1980 desencadeados pela aceitação da INAIL (a filial de doenças e acidentes ocupacionais do sistema italiano de seguridade social) de um prêmio de riscos reduzido em asbestose, apesar de falhas sistemáticas da Eternit em prevenção primária.

Em 1986, a filial italiana da Eternit encerrou operações. A prometida reorganização industrial nunca aconteceu. Uma afiliada francesa da Eternit

ofereceu-se para assumir a fábrica desde que pudesse continuar usando amianto. O sindicato rejeitou a abordagem e apoiou a portaria do conselho local que banuiu qualquer produção com amianto na região de Casale Monferrato.

Um primeiro julgamento em 1993 encontrou apenas gerentes locais da empresa no banco dos réus. O Supremo tribunal de Apelação considerou que o caso provava a morte de um funcionário apenas, e impôs uma sentença muito branda. Acusações relacionadas a todas as outras mortes foram consideradas prescritas.

Expor Funcionários a Carcinógenos pode ser um Crime

O julgamento de Turin é diferente de muitos processos relacionados a amianto em países de direito comum, onde o objetivo principal é indenização para as vítimas. A intenção criminal não está em questão em processos por ato ilícito em responsabilidade, os quais são puramente financeiros. Os reclamantes sustentam que sofreram perdas que podem ser avaliadas em termos monetários. Eles apresentam evidências de que o acusado é culpado e que uma conexão causal existe entre a falha e a perda incorrida. Caso eles comprovem seu caso, eles recebem indenização ... desde que o acusado seja ainda solvente. Muitas multinacionais evitaram com sucesso a necessidade de pagar indenização através de arranjos complexos, pelos quais subsidiárias em países onde eles estão particularmente expostos apresentaram pedido de falência. A empresa que causou a perda pode mesmo escapar sem pagar ela mesma a indenização, caso tenha seguro.

Certamente, a linha divisória entre responsabilidade civil e criminal em alguns países pode ser menos hermética quando indenizações punitivas são concedidas. Em certas condições - que podem diferenciar-se entre sistemas legais - a gravidade em particular da falha introduz um elemento punitivo que é decidido por uma autoridade pública (um tribunal) e transformado em receita privada (indenização da vítima). Em um julgamento recente em Mississippi, por exemplo, um júri ordenou que a Chevron e a Union Carbide pagassem US\$ 322 milhões a um funcionário exposto ao amianto durante trabalho em poços de perfuração da indústria de petróleo entre 1979 e meados da década de 1980 [1]. O funcionário sofre asbestose e precisa usar um sistema de respiração assistida com oxigênio. Este é o mais alto valor pago a um indivíduo em um caso de amianto nos Estados Unidos.

Tendo dito isto, a impunidade criminal tem significância política e social simbólica posto que implica que, no que concerne ao amianto, assassinato em massa não é visto como violação suficientemente grave de política pública para

que seja considerado um crime.

O julgamento de Turin é o mais recente em uma série de processos por exposição de funcionários ao amianto. a novidade, contudo, é que as acusações são diferentes de acusações em casos anteriores. Os precedentes criminais italianos sobre o amianto podem ser abrangentemente resumidos como se segue [2].

A maior parte das denúncias foram sob acusação de homicídio culposo ou danos por negligência, de forma a se observar a responsabilidade criminal de empregadores em situações individuais de funcionários que sofrem de doenças relacionadas ao amianto. Os julgamentos concentraram-se tanto em doenças que podem ser consideradas como resultando especificamente da exposição ao amianto (mesotelioma e asbestose) e cânceres com um amplo intervalo de causas possíveis mas para os quais há evidência epidemiológica mostrando alta probabilidade de que a exposição ao amianto está envolvida (principalmente câncer de pulmão). Referência a dados epidemiológicos evita que a relação causal seja anulada, pois nenhum câncer transporta a “assinatura” de uma determinada exposição. Em uma sentença chave de 2002, o Supremo Tribunal de Apelação considerou que não havia nenhum requisito para comprovar o mecanismo preciso da carcinogênese em cada indivíduo, e que uma alta probabilidade lógica pode ser deduzida de dados epidemiológicos e estatísticas [3],

As sentenças eram geralmente baseadas em três disposições do Código Penal italiano. O artigo 40.2 especifica os critérios de causa que devem ser considerados em questões criminais. Ele dispõe que “não conseguir evitar um evento quando há um dever legal de fazê-lo é equivalente a causá-lo.” O artigo 589 contém a ofensa de homicídio culposo enquanto o Artigo 590 criminaliza danos culpável à pessoa.

O dever legal de garantir um local de trabalho saudável e seguro deriva de um corpo de saúde e segurança na legislação do trabalho. Há um corpo regularmente consistente de precedentes para dizer que tal dever de segurança existia quando havia conhecimento científico suficiente sobre as consequências da exposição ao amianto. O Supremo Tribunal de Apelação deixou claro que o dever de um empregador incluía tomar todas as medidas preventivas tecnicamente possíveis e não estava limitado à mera conformidade com valores limites estatutários.

A posição do julgamento de Turin quanto a que lei aplica-se aos fatos é diferente. Ele tem como base dois tipos de ofensa.

O artigo 434 do Código Penal contém a ofensa de execução maliciosa de desastre, isto é, ato ilícito



Photo from documentary, Dust – the Great Asbestos Trial

Mais de 100 jornalistas e 150 advogados, junto com vítimas do amianto, suas famílias, e membros do público que conseguiram entradas, enchem a sala do tribunal no primeiro dia do julgamento de Turin, 10 de dezembro 2009.

ou omissão que causa um resultado previsto e desejado pela pessoa que o comete.

O artigo 437 trata mais especificamente de condições de trabalho e envolve a remoção maliciosa ou a omissão de proteção contra desastres ou ferimentos no local de trabalho.

Mais do que problemas técnicos sobre a definição de ofensas, esta abordagem concentra-se no aspecto coletivo de escolhas comerciais, técnicas e organizacionais pela alta administração da Eternit. “Desastre”, como um conceito, vai além de mortes múltiplas ilegais e pode muito bem permitir melhor discernimento das implicações completas de um processo de acúmulo de capital no estilo da Eternit.

Mais uma coisa deve ser dita. Conforme é o caso com desenvolvimentos em precedentes franceses, este julgamento de amianto não é um caso em si. Os precedentes criminais em amianto misturam-se àqueles que tratam mais geralmente de todos os perigos do trabalho. Discutir isto está além do escopo deste artigo, mas pode-se ser útil mencionar os julgamentos proeminentes dos cânceres de Porto Marghera devido à exposição a cloreto de vinil, os quais culminaram em uma sentença do Supremo Tribunal de Apelação em 19 de maio de 2006 [4].

No que concerne a acidentes de trabalho, vale a pena mencionar que em 15 de abril de 2011, o mesmo tribunal de Turin, atualmente realizando o julgamento dos alto executivos da Eternit, sentenciou a 16 anos de reclusão Herald Espenhahn, diretor-gerente da multinacional ThyssenKrupp, por um incêndio que levou às mortes de sete funcionários. Quatro outros executivos da empresa receberam sentenças de 13 anos de reclusão. Certamente este caso é

diferente, mas os argumentos jurídicos em torno da noção de intenção podem estabelecer um precedente no qual o tribunal pode se basear para decidir sobre o caso da Eternit.

Alta Administração do Grupo em Julgamento

No banco dos réus de Turin estão Stephan Schmidheiny e o Barão da Bélgica de Cartier de Marchienne. Stephan Schmidheiny vem de uma família proeminente em círculos econômicos e políticos suíços que durante quase um século foi a maior acionista da Eternit. Ele conseguiu forjar as mais variadas redes de alianças. Durante a Segunda Guerra Mundial, as autoridades nazistas forneceram-lhe trabalho escravo da fábrica da Eternit em Berlim. Colecionador de arte, filantropo e a força motriz em muitas redes para promover um novo capitalismo verde, Stephan Schmidheiny tem sido uma importante luz de uma associação de empregadores - o Conselho Comercial Mundial do Desenvolvimento Sustentável.

Stephan Schmidheiny desempenhou um papel chave no ramo da indústria de amianto do grupo Eternit em meados da década de 1970, onde ele estabeleceu uma política de negação de riscos e padrões duplos em uma escala mundial, retardando a eliminação do amianto nos países menos desenvolvidos. Como Sergio Bonetto, advogado de algumas vítimas, diz: “infelizmente para eles, os industrialistas suíços são tipos meticulosos: tudo foi escrito e centralizado. Por exemplo, temos prova de que na Suíça, todas as amostras de amianto foram controladas e que os parâmetros de produção foram definidos por normas de contaminação de pó que diferiam do oficial no país” [5].

O Barão de Cartier de Marchienne é um decano do estabelecimento econômico belga que tinha

responsabilidade executiva na filial belga da Eternit (subsequentemente renomeada Etex), e a responsabilidade de gestão direta por Casale Monferrato de 1966 ao início da década de 1970. O julgamento de Turin trouxe muita evidência para mostrar como dois braços da administração da Eternit - belga e suíço - tentaram soprar para longe os perigos do amianto e impedir um banimento. Sob a vigia de Schmidheiny, a Eternit economizou cortando medidas preventivas enquanto gastava com RP. Uma busca policial nos escritórios do lobista Guido Bellodi descobriu que, desde 1984, Stephan Schmidheiny investiu em campanhas de desinformação na Itália. Um jornalista infiltrou-se no comitê de vítimas do amianto de Casale Monferrato e o Juiz Guariniello foi posto sob vigilância [6]. Documentos encontrados provaram que a Eternit “investiu” na compra de cientistas, proeminentes políticos e sindicalistas, e jornalistas.

O julgamento de Turin contrasta marcadamente com os sistemas de justiça criminais apáticos da Bélgica e da Suíça, onde o mesmo grupo industrial causou danos semelhantes. A história de Casale Monferrato não é muito diferente a de outras cidades fabris do grupo Eternit, como Payeme, na Suíça, e Kapelle-op-den-Bos, na Bélgica. A inação legal em ambos os países não é devido a diferenças significativas na lei criminal, posto que em geral as mesmas violações indiciadas na Itália são encontradas na lei belga e suíça. As diferenças originam-se muito mais da dinâmica social em torno do que a Eternit fazia, do movimento de trabalho à mídia e ao governo. Nada arranhou a respeitabilidade que rodeia as famílias dirigentes do grupo Eternit em seus países de origem. A

fortuna traz sua própria fama e a conversão de Stephan Schmidheiny ao capitalismo verde lhe rendeu mais buquês que tijolos quebrados.

Agosto de 2011

Referências

1. A. John, Mississippi Jury Returns Largest Asbestos Verdict in U.S. History, *Wall Street Journal*, 6 May 2011 and Ch. Graham, Smith County jury awards \$322M verdict, *Laurel Leader Call*, 6 maio 2011.
2. Um estudo recente relata quarenta veredictos em processos por exposição de funcionários ao amianto na Itália. O primeiro data de 1984. Os casos aumentaram ao longo da década passada. Ver S. Zirulia, *Monitoraggio diprocedimentigiudiziari relativi agli effetti dell'amianto sulla salute ed esplorazione della possibility di realizzare una banca dati*, Casale monferrato, 2011. 2011. Para um exemplo mais detalhado, embora mais antigo, ver A. Di Amato, *La responsabilita penale da amianto*, Giuf- fre Editore, Milan, 2003.
3. Corte di Cassazione, Sez. IV, n. 953, 11.7.2002, Brusco v/. Macola e altri (Officine Meccaniche Stanga)
4. Corte di Cassazione, Sez. IV,, n. 4675/07, 17;05;2006, P.G. v/Bartalini e altri.
5. Interview by Jacqueline Roz-Maurette, *Viva*, No. 232, abril 2008, p. 30-31.
6. A Gaino, *Le spie*



A primeira entrada do julgamento - cortesia de Yvonne Waterman.

8. ENTREVISTA COM O PROMOTOR RAFFAELE GUARINIELLO¹

Niccolò Bruna e Andrea Prandstraller²

O que torna este julgamento especial?

O caso Eternit é especial por causa do tamanho e números: o número de fábricas envolvidas, o número de partes lesadas. No entanto, é só um de muitos casos acerca de cânceres relacionados ao trabalho e relacionados ao amianto com os quais temos lidado ao longo dos anos. O caso da Eternit parte de uma ação legal de longo alcance que temos perseguido por mais de 15 anos com a criação de um Observatório para cânceres ocupacionais. Já estudamos mais de 25.000 cânceres e não surpreendentemente encontramos tumores ocupacional relacionados ao amianto em várias empresas, inclusive a Eternit.

Qual tem sido o papel das organizações de vítimas para iniciar os processos?

A contribuição feita pelas vítimas e suas organizações é essencial posto que elas fornecem informações e conhecimento. Contudo, prosseguimos porque, de acordo com a lei, precisávamos.

É dito muitas vezes que a exposição ocupacional ao amianto não tem estado sujeita à legislação na Itália, como é o caso de muitos outros países. Isto não completamente é verdade: temos uma lei que data do início do século estabelecendo regras de saúde e segurança a serem aplicadas a adolescentes e mulheres que trabalham com amianto. Legislação não faltou: havia regulamentação; e na Itália temos regras gerais de saúde industrial desde 1927, revisadas em 1956.

Na década de 1940 houve uma lei que decretou seguro obrigatório para compensar funcionários por doenças relacionadas ao amianto, especialmente asbestose; a lei incluiu uma obrigação de monitorar a saúde de funcionários do amianto.

Qual é a acusação contra os réus?

O caso criminal contra os executivos da Eternit inclui as seguintes acusações: homicídio culposo, dano físico efetivo, causar um desastre, falha em cumprir regras de segurança e negligência. A escolha de prosseguir com as acusações de “desastre” e “falha em cumprir regras de segurança e negligência” foi feita porque o tempo que seria preciso para obter relatórios de peritos médicos para o enorme número de partes lesadas e vítimas envolvidas poderia ter consequências de limitação. Consequentemente, decidimos prosseguir com as ofensas mais graves.

No princípio, o procedimento contra a Eternit envolvia gerentes italianos locais e nacionais, porque?

Porque não tínhamos percebido que havia uma conexão entre as fábricas italianas e os indivíduos que tinham trabalhado no exterior. Quando informados de que alguns funcionários que tinham trabalhado na Suíça tinham voltado à Itália para morrer, ampliamos nossas acusações para incluir estrangeiros. Começando por estes casos, descobrimos que a Eternit tinha fábricas na Suíça; e era lá que estavam os proprietários. Consequentemente, começamos a fazer perguntas sobre a relação entre as fábricas e a propriedade, reunindo dados e elementos que, de acordo com a ação penal, comprovaria a solidez de nossas acusações, não mais contra os gerentes nacionais, mas também contra os proprietários e os acionistas majoritários da empresa.

Quanto tempo as investigações preliminares duraram?

As investigações preliminares levaram alguns anos porque tivemos de reunir rogatórias na Suíça e isso foi difícil; em alguns casos levou até 4 anos. Estes são os procedimentos que nossos colegas suíços evidentemente precisam seguir. Houve algumas apelações apresentadas pelas partes em questão contra a aceitação das rogatórias, pelo que entendi.

Nossa experiência em casos de câncer relacionados ao amianto data muitos anos. Atualmente há um valor vasto de precedentes (jurisprudência): foi muito inovador quando iniciamos, mas hoje é bem conhecido, há questões e problemas que já foram tratados pela jurisprudência. Portanto, precisamos somente seguir este caminho.

Há dois problemas específicos associados ao caso. Primeiramente, o enorme número de partes lesadas; não somente os trabalhadores, mas o povo, os membros da comunidade, que nunca entraram em uma fábrica de amianto. Em segundo lugar, as ofensas envolvem réus que vivem e trabalham no exterior e estão ligados a diversas plantas diferentes. Isso implica na necessidade de explorar o que chamamos de política industrial da empresa; para demonstrar as acusações da promotoria precisamos reconstruir uma imagem clara desta política.

E qual é a hipótese da promotoria?

Digamos que decisões chaves não foram tomadas

¹ Esta entrevista foi realizada em 9 de agosto de 2010; a transcrição foi traduzida do italiano por Elena Pertusati.

² Niccolò Bruna (e-mail: nic.bruna@gmail.com) e Andrea Prandstraller (e-mail: a.prand@libero.it) são produtores de documentários.



O Promotor Chefe Raffaele Guariniello durante o julgamento, dezembro de 2010.

na Itália, mas na sede da Empresa, e portanto elas aplicaram-se ao seu império global de amianto, não somente a fábricas italianas, mas a todos os interesses sob o controle dos acionistas majoritários.

O fato que houve reuniões de gerentes de várias plantas diferentes, que se encontravam para discutir problemas, fez-nos perceber o que ocorria; conseguimos de fato “ver” a política industrial da corporação em sua totalidade.

Como você pensa que provará essa tese?

Evidência é muito importante, mas ainda mais importante são os documentos que adquirimos: o que nos move é a verdade, a busca e a verdade, portanto estamos abertos para qualquer verdade.

Um objetivo deste julgamento, objetivo que perseguimos em todos os julgamentos deste tipo, é obter uma sentença que pode levar à indenização de todas as vítimas do amianto. Claramente não é o objetivo principal em um processo criminal mas é algo com o qual nos preocupamos. É um objetivo de qualquer acidente industrial, de qualquer doença ocupacional. Indenização não salvará a vida de ninguém, mas pode ser um alívio para a família e este é um resultado importante.

Então, naturalmente, há o problema da responsabilidade criminal. Temos muitas leis de saúde ocupacional. Elas são excelentes no papel, mas muitas vezes elas são totalmente ignoradas e muito pouco é feito para impor seu cumprimento. O que isto significa? Isso significa

que muitas empresas pensam que podem ignorá-las; o sentimento é que, mesmo se você violar a lei, você nunca será responsabilizado.

Bem, penso que temos um dever preciso, temos de lutar contra este sentimento de impunidade ao desrespeitar e mesmo zombar da lei. Devemos fazer entender que há leis e que cada um pode ser considerado criminalmente responsável por desrespeitá-la.

Responsabilidade social corporativa é muito importante e posso dizer que após muitos anos de trabalho neste campo, muito progresso foi feito desde a década de 1970 e a consciência de saúde e segurança desenvolveu-se. Contudo, o que acho muito negativo na Itália, na verdade em qualquer lugar, é a apatia, a passividade exposta por agências de monitoramento institucionais (cães de guarda).

Penso que é inevitável que se as instituições de um país não conseguirem fazer sentir sua presença, esta ou aquela empresa pode pensar que podem violar a lei sem sofrer as consequências. Em essência, é a situação com a qual temos de lidar. Neste julgamento, como em muitos outros, percebemos que os cães de guarda falharam em sua vigilância, muitas vezes eles simplesmente esqueceram de seguir as coisas. O fato de que isto ainda está acontecendo é uma mensagem que este julgamento está enviando ao estabelecimento.

Houve um tempo em que tínhamos um problema com amianto na Itália, e ainda há um problema

com amianto em muitos países. Quando você falha em lidar com um problema, quando você interrompe o monitoramento - este, assim como outros futuros, tais como campos eletromagnéticos, sobre o qual ainda conhecemos muito pouco - então você não pode queixar-se 20 ou 30 anos depois, perguntando-se “Porque todas estas mortes, porque todas estas pessoas estão doentes?”

O histórico do amianto é emblemática porque é a história de uma falta da prevenção que pode ter sido implementada.

Em primeiro lugar, há o aspecto legal: o amianto foi banido em alguns países, não em outros. Achamos essa falta de consistência curiosa. Penso que é claro que organizações como a Organização Internacional do Trabalho, da qual a maior parte dos países são membros, não toleram o uso de amianto, que continua em muitos governos. Ou os que o baniram ou os que não o baniram estão enganados; a colcha de retalhos da regulamentação que vemos é inaceitável.

Instintivamente, agora consideramos o banimento do amianto como normal. Assim, quando ouvimos sobre um país onde o amianto ainda é empregado, ficamos surpresos e nos perguntamos: “como isto é possível?”

Naturalmente, enfrentamos inconsistências judiciais e de regularidade. Estamos sustentando um julgamento criminal que envolve uma empresa que tem fábricas de amianto em muitos outros países. Não tenho a informação de que algum destes países iniciou processos, exceto a França, onde sérias dificuldades estão sendo encontradas. Novamente, um quadro confuso que é inaceitável. Porque temos este processos em andamento somente na Itália e não em outros locais?

Qual é seu interesse pessoal em perseguir estes casos?

Hoje mesmo pela manhã soube de um novo caso de mesotelioma pleural em um funcionário que trabalhava para contratadas de transporte: bem, isso foi o bastante para fazer-me pensar: “Porque não havia prevenção?” Não é o enorme número de casos que mais me assombra, mas o fato de que não houve prevenção, com consequências muito graves. Temos casos de pessoas que nunca trabalharam com amianto, mas que trabalhou em plantas onde amianto esteve presente. São estas histórias deprimentes, em que uma pessoa é lesada pelas ações de outra que vejo como dramáticas e perturbadoras, além do enorme número de casos.

Certamente, neste caso o foco principal está no desastre causado (eis a acusação), não somente

no ambiente de trabalho, mas também na comunidade.

Um perito da Região de Piemonte disse-nos que todo ano 50 pessoas morrem, das quais 10 teriam trabalhado na planta, mas não o restante.

O que você pensa sobre os réus?

É difícil. Geralmente formo uma opinião de pessoas, especialmente de réus, quando os interrogo, o que não aconteceu por enquanto. Estou aguardando a possibilidade de fazê-lo. Será de fato interessante ouvir o que eles têm a dizer, para esclarecer os fatos e chegar a um resultado justo. Nós não devemos ter preconceitos; é importante ouvir todos os lados para que se possa chegar a um julgamento equilibrado.

Contudo, os réus têm o direito de não responder a perguntas. Responder ou não é uma escolha estratégica da defesa.

Você não se sente uma minoria se comparado com a defesa, tão numerosa e bem equipada?

Não, temos uma organização sólida. De fato, eu gostaria que a Promotoria Pública de Turin servisse como promotoria nacional, posto que em nenhum outro lugar do país há uma organização comparável.

A duração do julgamento pode ser prevista?

Não, embora quando iniciamos pensávamos podia durar anos; agora [sete meses após o início do julgamento], graças a diretrizes muito equilibradas e justas dadas pelo tribunal, podemos imaginar uma duração razoável para os processos.

9 de agosto de 2010

9. JUSTIÇA ÀS VÍTIMAS DA ETERNIT - A EXPERIÊNCIA FRANCO-ITALIANA¹

Annie Thebaud-Mony²

APÊNDICE: O PROCESSO CIVIL DENTRO DO JULGAMENTO CRIMINAL NA ITÁLIA

Sergio Bonetto

Em 24 de setembro deste ano, 2011, enquanto o julgamento de um caso emblemático que envolve dois industrialistas da Eternit continuava em Turin, a Associação de Defesa das Vítimas do Amianto no Departamento Tam, França (ADDEVA 81) desvelou uma inscrição em memória de funcionários e outras vítimas da fábrica da Eternit em Terssac, perto de Albi, na França (ver caixa abaixo). Naquele dia, e com completa impunidade, os diretores da fábrica “celebravam” seu quadragésimo aniversário! E ainda em Terssac, como em Casale Monferrato, o amianto matou muitas pessoas.

Este texto examina as estratégias que são usadas na França e na Itália para obter justiça para vítimas do amianto, e certifica a urgência de criar um tribunal criminal internacional completo para casos envolvendo trabalhadores e o meio-ambiente.

Excertos de um discurso dado no dia 24 de setembro de 2011, por Jean-Marie Birbes, presidente da ADDEVA 81

1971-2011: Quarenta anos: uma história, nossa história, feita de sofrimento e lutas, mas também de camaradas e esperança.

A década de 1970: A cooperativa intersindical das duas universidades de Jussieu [Universidade de Paris 6 e Universidade de Paris 7] e funcionárias da Amisol decidiram unir forças para alertar a sociedade francesa quanto aos perigos do amianto. Os escândalo irrompe. A Eternit França, dirigida pela família Cuvelier, é parte de uma rede de empresas da Eternit na Europa...

Julho de 1996: o Monsieur Barot, então ministro do trabalho, anuncia o banimento [do amianto] a partir de janeiro de 1997. Naquele mesmo ano, a associação nacional de defesa das vítimas do amianto (ANDEVA) é fundada. A ANDEVA cresceu pela sinergia de revolta, a revolta de viúvas de professores, que deram entrada em um processo jurídico em Gérardmer, e de trabalhadores e aposentados com doenças causadas pelo amianto: funcionários da Amisol, nos estaleiros navais, da Arsenal, da Eternit, da Everite, da indústria de aço, junto com ativistas de associação, sindicalistas, jornalistas e alguns profissionais e pesquisadores de saúde ocupacionais. E em 1996 nossa Associação também foi criada....

O problema da responsabilidade criminal dos diretores [da empresa] na época ainda não foi

tratado. O primeiro processo foi iniciado em 1996 por companheiros da fábrica de Thiant, apoiada pela Federação de Construção da CGT. Depois de algum tempo, os processos arquivados pelas viúvas de funcionários da fábrica de Terssac foram aprovados para julgamento pelo promotor estadual em Albi, que transferiu o caso para um juiz da seção de saúde pública do tribunal de Paris.

Isto é o que está em jogo em nosso combate de hoje.

Na França: a mudança de “ofensa indesculpável” (*faute inexcusable*) a “danos por angústia” (*préjudice d’anxiété*)

Quando o escândalo de funcionários lesados por amianto emergiu na França, trabalhadores vítimas do amianto e advogados escolheram a estratégia de dar entrada em um processo civil de “ofensa indesculpável” da parte de um empregador - um movimento incomum na França até aquele momento. Vítimas que sofriam de uma doença ocupacional oficialmente reconhecida ou seus sucessores legítimos podiam processar um empregador se pudessem comprovar que o mesmo cometeu o que é chamado de “ofensa indesculpável,” contendo uma violação deliberada de segurança oficial e regulamentos de higiene. Em suas decisões jurídicas de 28 de fevereiro de 2002, acerca de “ofensas indesculpáveis” por empregadores que processaram ou usaram produtos de amianto ou amianto (decisões consideradas históricas na França), a câmara do Tribunal de Cassação responsável pelo julgamento de casos relacionados ao trabalho pôs um fim ao mito de que os diretores da empresa em questão não conheciam os perigos do amianto, demonstrando que tais perigos já eram conhecidos na França na virada do século [1]. Trabalhadores e vítimas do amianto e suas famílias ganharam milhares de casos de “ofensa indesculpável” em tribunais franceses desde 2002.

Enfrentando uma onda de tais casos, as autoridades públicas decidiram em 2000 criar um fundo para compensar vítimas do amianto, o FIVA. A lei estipula que o FIVA pode processar empregadores por “ofensa indesculpável” quando houver motivo para acreditar que tal ofensa foi cometida. Conquanto o FIVA permitiu a vítimas de amianto obter indenizações que de outra forma só seriam obtidos após julgamentos extremamente

¹ Traduzido do francês por Amy Jacobs.

² Annie Thébaud-Mony PhD, Associação Henri Pézerat: santé, travail, environnement. E-mail: annie.thebaud-mony@wanadoo.fr

longos, ele também restringiu definitivamente processos de “ofensa indesculpável” por funcionários e vítimas do amianto, transferindo assim o ônus de indenizar as vítimas das indústrias que cometeram as “ofensas indesculpáveis,” e portanto deveriam pagar por elas, a um fundo comum para lesões e doenças ocupacionais chamado “ATMP”, ao qual todos os empregadores contribuem, e para o estado. A Eternit até mesmo conseguiu escusar-se de pagar um valor em casos de “ofensa indesculpável” ganhos por seus antigos empregados, conseguindo que os tribunais fizessem com que queixas de “ofensa indesculpável” fossem pagas pelo fundo ATMP comum devido a erros no processo de reconhecer oficialmente que as vítimas em questão tinham uma doença ocupacional. Quanto aos processos do FIVA contra empregadores, eles representaram menos de 4% do total geral de € 2.782 milhões pagos pelo fundo a vítimas do amianto de 2003 a 2010. Claramente, as empresas de amianto da França não têm sido forçadas a arcar com o ônus financeiro de compensar as vítimas pelas quais são responsáveis.

Em 1996, funcionários da Eternit e suas famílias também deram entrada em um processo no tribunal criminal. Esse caso está ainda em sua etapa de investigação pré-julgamento. Em uma audiência em 2005 mantida como parte da missão francesa de investigação parlamentar de fatos do amianto, o magistrado da investigação Marie-Odile Bertella-Gefroy, coordenadora da seção de saúde pública do Tribunal de Grande Instance de Paris (o equivalente a um tribunal de comarca), desafiou a atitude da promotoria pública nos seguintes termos: “O fato que a promotoria pública nunca abriu por si uma investigação preliminar é um problema: [nunca é] a questão do próprio desastre de saúde pública ou de todas as pessoas afetadas por ele em uma dada empresa [que é tratada], mas somente o processo de uma única vítima ou de várias vítimas, como no escândalo de sangue contaminado [contaminação pelo vírus da AIDS de sangue usado em transfusões]” [2]. Na França, então, nenhum promotor abriu qualquer investigação pré-julgamento contra os responsáveis pelo desastre de saúde causado pelo amianto.

Outros meios, contudo, foram usados para trazer a questão perante os tribunais criminais. Em um processo contra a corporação multinacional Alsthom por “pôr em risco a segurança de outros,” a corporação e seus diretores foram obrigados a pagar indenização por “causar angústia” a empregados expostos ao amianto. Esta decisão tornou-se um precedente legal. De acordo com a definição aprovada pelo tribunal, “danos por angústia” é “danos causados a uma vítima sabendo-se que ele ou ela foram contaminados, independentemente da natureza da contaminação (biológica, física ou química),

quando a contaminação transporta em si o risco de que uma patologia possivelmente fatal surja em um futuro próximo ou distante” [3]. Em casos de causar “danos por angústia”, a responsabilidade criminal da empresa é reconhecida e a própria empresa deve pagar todos os danos relacionados.

Na Itália: processamento de chefes da corporação multinacional da Eternit por sua estratégia criminal

O julgamento da Eternit em Turin representa um momento judicial crítico na história internacional de ações contra industrialistas do amianto. Ele está voltado ao comportamento estratégico de alguns diretores de multinacionais do amianto, aqueles que organizaram a campanha internacional de desinformação sobre os efeitos do amianto na saúde, a qual levou a desastres não só na Itália mas em todo lugar em que amianto foi usado. As condições para indenizar vítimas italianas neste caso são descritas, no apêndice a este artigo, por Sergio Bonetto, advogado de algumas das partes privadas associadas ao processo público.

Aqui indicarei somente alguns pontos de comparação com a situação francesa. Primeiramente, na Itália é o próprio promotor público, independentemente das autoridades políticas, quem leva o caso ao tribunal. Em segundo lugar, o caso criminal está ligado à responsabilidade de um sistema de produção e de um tipo geral de organização de trabalho que se estende para além das fronteiras regionais ou nacionais. Os acusados são responsáveis por decisões a nível internacional que deliberadamente exploraram o fato de que os efeitos do amianto sobre a saúde aparecem somente após certo período de tempo. Por fim, quaisquer indenizações concedidas neste julgamento devem ser completamente pagas pelas empresas associadas aos industrialistas acusados. Os juízes de Turin devem chegar a sua decisão nos próximos meses, enquanto na França ainda estamos esperando o início de um julgamento efetivo 15 anos após o arquivamento dos processos das vítimas.

Conclusão

Independente das diferenças entre as estratégias francesas e italianas, o progresso judicial feito, graças ao envolvimento comprometido de uma ampla gama de diferentes agentes em ambos os países, sugere a urgência de levar os industrialistas a um tribunal a nível internacional. O mercado do amianto está florescendo na Índia, China e muitos outros países. Esse crime industrial só cessará quando a impunidade das pessoas que dirigem estas empresas for destruída. É por isto que devemos lutar nos anos que se seguem.

Outubro de 2011

Apêndice

O PROCESSO CIVIL DENTRO DO JULGAMENTO CRIMINAL NA ITÁLIA³

Sergio Bonetto⁴

O processo civil dentro do julgamento do tribunal criminal na Itália é regulado pelo código penal. Isso significa que os princípios do sistema penal determinam os limites dentro dos quais uma parte privada pode atuar dentro de um julgamento criminal.

Antes de tudo, deve ser especificado, especialmente para leitores familiarizados com os sistemas legais de países de língua inglesa, que o sistema italiano, como a maior parte dos sistemas de origem romana e napoleônica, tem como base a obrigatoriedade da aplicação de processos criminais. Ou seja, através do código penal ou de leis específicas, o estado define toda a conduta que considera criminosa e as sentenças mínima e máxima. Se tal conduta tiver ocorrido (e isso for feito conhecido às autoridades judiciais de alguma forma), então uma investigação criminal deve ser conduzida. A instituição qualificada para conduzir tais investigações é a Promotoria Pública.

Estes são investigações secretas, nas quais o Promotor está inteiramente independente e tem liberdade para usar, orientar e atribuir tarefas específicas ao departamento de investigação criminal e a qualquer técnico e especialista que ele considerar necessário. Nesta fase, pessoas privadas que considerarem-se prejudicadas pela ofensa em questão podem designar um advogado de defesa, o qual pode apresentar, por sua vez, documentos e informações ao Promotor, indicando assim os nomes de pessoas familiarizadas com as ações na investigação. O Promotor não tem nenhuma obrigação de usar tais documentos ou de ouvir pessoas com o conhecimento das ações em questão.

Todas as pessoas ouvidas pelo Promotor são interrogadas sem assistência legal (inclusive sem a presença do advogado de vítimas de parte privada associadas ao Promotor), a menos que o próprio Promotor informe uma ou várias testemunhas de que uma investigação está em andamento contra eles. Neste caso, somente as pessoas indiciadas podem ter um advogado de defesa e a vítima não pode participar no interrogatório.

Quando a investigação é concluída, o escritório do Promotor Público deve ter os resultados avaliados por um juiz, disponibilizando para ele todos os documentos reunidos no processo de investigação. Em uma audiência especial na qual os advogados de ambos os réus e reclamantes privados participam ativamente, o juiz deve decidir se as condições necessárias foram atendidas para levar

o caso a julgamento ou se mais investigações são necessárias ou se o caso deve ser rejeitado. Um julgamento é feito somente se este primeiro juiz considerar que as condições necessárias foram atendidas. Os juizes do julgamento são diferentes do que decidiu que o caso pode ir a julgamento.

Outra característica do sistema penal italiano que o distingue nitidamente de outros (em particular de sistemas de países de língua inglesa) é que na Itália somente pessoas físicas podem ser consideradas responsáveis criminalmente.

O código penal só pode ser aplicado a pessoas físicas. Nenhuma entidade legal (organização, empresa, instituição, associação ou partido) pode ser acusada por um crime ou condenada.

Uma empresa não pode ser indiciada ou condenada por assassinato ou poluição ambiental; somente a pessoa que dirige a empresa no momento em que o crime foi cometido pode ser indiciada ou condenado. Contudo, empresas e entidades legais em geral podem participar do processo penal, seja como vítimas ou como entidades civis responsáveis pelo dano causado pelos réus. No primeiro caso, as entidades legais assumem o status de partes privadas da ação penal, como qualquer pessoa privada. No segundo caso e com a permissão do tribunal, os reclamantes privados podem trazer ao julgamento entidades legais que sejam financeiramente responsáveis pelos danos causados pelos réus.

Claramente, então, ação penal do estado, ação contra pessoas físicas acusadas de violar a lei criminal, está no centro do sistema penal italiano. Nenhuma outra parte - vítimas de crime, pessoas que sofreram danos, empresas financeiramente responsáveis pela conduta dos réus - é considerada componente necessário do caso. Ao contrário, muitas vezes elas são vistas como impedimentos, porque nestes julgamentos somente dois atores principais são absolutamente indispensáveis: o promotor público (*la pubblico accusa*) e os advogados de defesa do acusado. De fato, o acusado não é obrigado a participar do julgamento, posto que é exigida somente a presença de advogados com as procurações legais necessárias. Se os réus não contratarem seus próprios advogados, o Tribunal designa a eles um advogado como rotina.

Esse arranjo cria disparidades óbvias em como as diferentes partes são tratadas, sobretudo quando o número de partes “não indispensáveis” é alto. Considerando que, para o sistema como um todo,

³ Apêndice traduzido do italiano ao francês por Laura Centemeri; então traduzido do francês [ao inglês] por Amy Jacobs.

⁴ Sergio Bonetto: advogado que representa diversos reclamantes do julgamento de Turin; e-mail: ser.bonet@bonettonapoli.eu

ter o procedimento apropriado do julgamento é uma prioridade mais importante que qualquer exigência de partes “acessórias”, muitas vezes acontece de tais partes encontrarem-se limitados em número ou que o Tribunal recuse ouvir testemunhas, deixar documentos ser produzidos ou deixar que aquelas partes ou seus advogados tenham o direito de falar por mais que alguns minutos.

O motivo que justifica esta disparidade é a suposta diferença entre as exigências que as partes privadas podem fazer e a prerrogativa do estado de exercer sua função punitiva fundamental. De fato, em julgamentos criminais, partes privadas associadas ao processo podem *somente* pedir indenização pelos ferimentos que *elas* sofreram. Eles só podem pedir no julgamento criminal o que poderiam requerer em um caso civil. Sua presença é permitida no julgamento criminal somente por motivos de “economia processual”; isto é, para garantir que um único julgamento - o criminal - cumprirá a função do estado de punir criminosos e atender pedidos de indenização por pessoas que sofreram pela conduta do criminoso.

Se parecer provável que a avaliação dos pedidos de indenização de partes privadas do processo tornará o julgamento criminal mais lento, então o tribunal criminal pode decidir não reconhecer os pedidos dessas partes e, ao invés disso, encaminhar-lhes a um tribunal civil, que os analisará quanto à lei civil só *após* o caso criminal ser finalizado em definitivo.

Um esclarecimento importante é necessário: “conclusão definitiva” significa a sentença definitiva, que na Itália é determinada somente após três níveis judiciais (*gradi di giudizio*) intervirem: o tribunal, o tribunal de apelações e o tribunal de cassação. É preciso entre cinco a dez anos para que todos estes níveis cheguem a suas decisões consecutivas.

A alternativa disponível a partes privadas em um caso é levar seu caso ao tribunal civil desde o princípio. Neste caso, cabe a quem processa comprovar todas suas afirmações contra a parte processada; os custos jurídicos são altos; não há naturalmente nenhum *publica accusa*, e tais julgamentos geralmente levam muito mais tempo que casos de tribunais criminais.

O sistema de julgamento italiano tem sido corretamente criticado por não proteger adequadamente vítimas de crimes e mais geralmente aqueles que sofreram danos. Mas este é o sistema.

Resumindo, qualquer um que julgue ter sofrido dano devido a um crime, deve agir em pessoa se desejar receber indenização; eles podem interferir apenas ligeiramente no processo de

julgamento criminal e não têm influência alguma na sentença. Também neste ponto, as vítimas (isto é, as partes privadas associadas ao processo) podem ter somente uma participação indireta.

Pagar indenização é por si só uma circunstância atenuante para pessoas condenadas por um crime, mas de forma alguma exonera-os de condenação se o tribunal os considerar responsáveis.

O estado jamais delega sua prerrogativa de punição. Se a vítima declarar ter sido completamente compensada e o tribunal considerar a indenização adequada (*congruo*), apenas a sentença baseada é reduzida. Por outro lado, se o tribunal considerar o valor da indenização muito baixo, ele não levará em conta o ato da indenização. O contrário também se aplica: se um réu condenado recusar-se a pagar indenização, isso é considerado agravante e a sentença baseada pode ser aumentada.

Este arranjo é consideravelmente complexo e esta foi apenas uma descrição rudimentar dele. Há muitas complicações possíveis que não foram mencionadas, mas em geral pode se dizer que as vítimas de crime provavelmente não obterão resultados materiais por um longo tempo.

Fica claro que as escolhas das vítimas em tal contexto são sempre difíceis e contestáveis. As dificuldades aumentam quando há muitas vítimas abrindo processo por danos e nem todas na mesma situação, como no julgamento da Eternit em Turin.

Um exemplo: prescrição em casos criminais e processos civis

Em casos criminais, o período de prescrição é o período de tempo que o estado tem para obter o reconhecimento definitivo da culpa do acusado. Na Itália isso é determinado no fim do julgamento, com base na sentença real, e em geral corresponde ao tempo teórico da sentença vezes 1,5. Por exemplo, uma sentença de 10 anos é igual a uma limitação de 15 anos. Se as ações pelas quais o acusado foi indiciado ocorreram mais de 15 anos antes que ele seja condenado, então a prescrição ou limitação aplica-se (isso também pode entrar em vigor durante o próprio processo de julgamento). Este mecanismo explica como Berlusconi foi considerado “responsável” em quatro casos sem ser condenado: os crimes pelos quais ele foi acusado já prescreveram. Em casos em que o réu acusado é absolvido devido a limitações, as vítimas do crime podem abrir processo por danos nos tribunais civis - isto é, caso seu pedidos não tenham “prescrito”.

O período de prescrição em casos civis é determinado a partir do momento em que uma vítima torna-se ciente de que houve dano e que

é possível identificar alguém como responsável por ele. Normalmente, em tais casos, a vítima tem dez anos para registrar pedido por escrito de indenização. Em processos civis, o período de prescrição pode ser “expandido” indefinidamente se o pedido for renovado a cada dez anos. Se a vítima levar o caso ao tribunal, o período de prescrição é definitivamente interrompido e o tempo do julgamento não é contado.

Mais uma vez, a realidade é muito mais complicada que a descrição dela, mas mesmo considerando as regras supracitadas é óbvio que é praticamente impossível fazer previsões realistas sobre qual será o resultado de um julgamento - há muitas variáveis.

No julgamento da Eternit em Turin, por exemplo, é razoável supor que mesmo que os acusados sejam condenados e sentenciados como criminosos, nem todas as vítimas e partes privadas associadas serão indenizadas. É muito provável que alguns não serão, porque eles não terão como demonstrar a realidade e o impacto dos danos (devido a restrições extremas que o tribunal impõe à apresentação de evidência por partes privadas ao processo). Outros não poderão o fazer porque a prescrição terá passado (há casos neste julgamento que datam da década de 1970!). Obviamente, espero que isto não aconteça. Estou apenas fazendo uma previsão razoável - espero que ela esteja errada.

Em todo caso, além do fato de que é extremamente difícil prever se o pedido de indenização de alguém por danos será reconhecido, é imprevisível quanto tempo será necessário para obter de fato o pagamento, posto que ambos os réus neste caso são estrangeiros. Pode ser que quando todos os julgamentos, criminais e civis, findarem, os réus espontaneamente recusar-se-ão a pagar as indenizações, uma situação que então exigiria a obtenção de uma ordem de execução civil na Suíça e na Bélgica. O tempo e o custo envolvido caso isso ocorra não pode ser calculado no momento.

Isso é suficiente para mostrar as incertezas bem reais que as partes privadas do processo enfrentam neste caso. Como sempre em tais casos (ex: processos de vários reclamantes contra bancos fraudulentos), qualquer oferta de acordo por parte do acusado e das empresas responsáveis por pagar a indenização é considerada com muita atenção.

No caso da Eternit, por exemplo, o “lado belga” (réu criminal mais empresa responsável civilmente - financeiramente) nunca apresentou nenhuma oferta. Portanto, para este lado, o caso terá de passar por todo o processo descrito acima, com a esperança de que o réu belga, 88 anos, não venha a óbito nesse tempo ou certificadamente esteja incapaz de testemunhar, situação que faria com

que o caso criminal contra ele fosse indeferido de acordo com o princípio supracitado que um caso criminal só pode ser aberto contra pessoas físicas.

O “lado suíço” do caso é diferente. Nele, o réu, por intermediário de várias empresas envolvidas no caso como civilmente responsável, fez várias propostas de acordo para indenização parcial, provavelmente para mostrar-se menos “extremista” que o réu belga; também para fechar acordo com a maior parte dos casos individuais por valores consideravelmente baixos.

Pouco antes que os debates do tribunal se iniciassem, há aproximadamente dois anos atrás, o réu suíço fez um oferta de acordo unilateral aos trabalhadores e cidadãos de Casale Monferrato, uma oferta então estendida aos mesmos grupos em outras localidades envolvidas no caso. Essa oferta é complexa, mas essencialmente a proposta era pagar certo valor de indenização imediatamente a algumas das vítimas com processos por danos através da Associação das Famílias de Vítimas do Amianto de Casale Monferrato - com os beneficiários identificados por critérios cronológicos de tempo de residência e contratação real - em troca de seu abandono de todos os processos civis contra o réu S. Schmidheiny e de quaisquer procedimentos contra as várias empresas suíças envolvidas.

O valor para os indivíduos é muito baixo, aproximadamente 5% do que o tribunal poderia reconhecer e limitado a €60.000 por família, mas foi aceito pela maior parte dos envolvidos e o dinheiro já foi pago.

Além disso, nos últimos meses, o réu suíço ofereceu pagar indenização de €2 milhões ao menor município envolvido (Cavagnolo, aproximadamente 3000 habitantes) para que a cidade possa financiar atividades de descontaminação e limpeza de amianto. A câmara municipal de Cavagnolo aceitou a oferta, argumentando que o dinheiro pode ser usado imediatamente e estimando que o valor equivale a dois anos de despesas da cidade. Pode ser que outras propostas de acordo sejam feitas a outras partes privadas do processo antes dos final do julgamento.

Esse tipo de acordo certamente não afetou muito o prosseguimento do caso: os indivíduos e as cidades quem inicialmente processaram ambos os réus, mas que receberam indenização pelo réu suíço, estão agora processando somente o réu belga como partes da ação público no caso criminal. Considerando que eles receberam apenas uma indenização parcial, ao invés da total, a sentença que o promotor está pedindo contra o réu suíço não foi reduzida e permanece a mesma do réu belga: 20 anos.

Com base na descrição anterior, é importante realçar que “grandes julgamentos” precisam enfrentar realidades que podem não ser muito “poéticas” e são de fato cheios de incertezas e riscos. E para as vítimas, o resultado final nunca é garantido.

Para estabelecer procedimentos uniformes em todos os países e garantir a duração do julgamento e resultados concretos para as vítimas, é importante agir em favor do estabelecimento de um tribunal internacional competente para julgar crimes que ocasionam desastres ambientais.

Outubro de 2011

Referências

1. Jean-Paul Teissonnière and Sylvie Topaloff, “L’affaire de l’amiante,” *Semaine Sociale Lamy*, Supplement no. 1082, 1o de julh de 2002.
2. Réplicas de Mme Marie-Odile Bertella-Geffroy, coordenadora do departamento de “saúde pública” do Tribunal de Grand Instance de Paris, extraídas da ata da audiência de 29 de novembro 2005, em Mission d’information de l’Assemblée Nationale (ed. Jean Le Garrec, presidente, and Jean Lemaire, redator), *Ne plus perdre sa vie à la gagner: 51 propositions pour tirer les leçons de l’amiante*, Report no. 2884, vol. 2, Fevereiro 2006, pp. 583-592..
3. Lambert-Faivre, “Evaluer et réparer,” *Les Annonces de la Seine*, 23 de junho de 2005.



Membros do movimento para o Banimento do Amianto na França mostram apoio às vítimas italianas em Turin, abril de 2009. Foto: Annie Thebaud-Mony.

10. O JULGAMENTO CRIMINAL DE STEPHAN SCHMIDHEINY EM TURIN, ITÁLIA

Barry Castleman¹

Os Schmidheyns são uma das famílias mais ricas da Suíça, sua fortuna fundada em um vasto império de produção de cimento. Stephan Schmidheiny tinha apenas 29 anos quando herdou parte de tal império - a empresa de cimento de amianto Eternit - em 1976. Embora resignado ao eventual abandono do amianto, ele continuou a dirigir subsidiárias da Eternit na Europa, América do Sul e África do Sul por períodos diversos na década de 1980, durante os quais algumas foram liquidadas ou fechadas e os outros convertidas à produção de cimento de fibra sem amianto.

A Itália é praticamente o único país no mundo onde executivos de negócios foram processados e presos [por crime corporativo tóxico. No último de tais casos, o promotor mais famoso da Itália, Raffaele Guariniello, indiciou Stephan Schmidheiny e o Barão Louis de Cartier de Marchienne, da Eternit Belga. Eles enfrentaram várias acusações: homicídio culposo (por matar italianos com pó de amianto na Itália, Suíça e Brasil), falha em cumprir regras de segurança, negligência e causar um desastre ambiental. No início do julgamento, Guariniello pediu sentenças de 12 anos em caso de condenação.

É notável que, no decorrer de suas longas investigações, o promotor italiano teve pouco de sucesso em conseguir que o governo suíço entregasse registros de inspeções fabris e indenização por doenças ocupacionais de funcionários da Eternit, entre outros documentos relevantes.

Conforme o julgamento criminal aproximou-se, os representantes de Schmidheiny tentaram fechar acordos para os pedidos de indenização de algumas pessoas, ao mesmo tempo exigindo que eles se retirassem do caso criminal; eles ofereciam geralmente à pessoas apenas €30.000-50.000. Aproximadamente na mesma época que Guariniello decidiu não processar o irmão de Stephan, o bilionário do cimento Thomas Schmidheiny, baseado em que ele não tinha nenhuma conexão direta com os negócios de cimento de amianto, Thomas doou € 3.000.000 a vítimas da cidade de Casale Monferrato, casa da maior fábrica da Eternit na Itália. O valor foi usado para pesquisas contra o câncer, pagamento de advogados e restituição à própria cidade.

O julgamento iniciou-se em dezembro de 2009 e, quando apresentei minha evidência em novembro de 2010, esperava que ele chegasse ao fim em meados de 2011. Ele acontece após 10 anos de uma investigação que iniciou-se em 1999 e, inicialmente, o julgamento estava marcado para realizar-se somente às segundas (próximo ao fim do julgamento deveriam haver duas sessões em algumas semanas). Se condenado, Schmidheiny

poderia apelar a mais dois níveis do sistema judiciário em Roma e permanecer livre durante tais apelações, de acordo com a lei italiana.

Foram as pessoas de Casale que me trouxeram à Turin para testemunhar. Estive lá para apresentar uma perspectiva global do que ocorreu na indústria de amianto, e chamar a atenção a documentos que comprometiam a Eternit. A maior do que tinha para contribuir era baseado no que os líderes da indústria do Reino Unido e dos EUA fizeram - vimos seus documentos em casos judiciais nos Estados Unidos. Mas posto que a Eternit evitou o mercado dos Estados Unidos, possivelmente em algum acordo de cartel tratem com os outros, a maior parte do que conhecemos sobre a Eternit vem da correspondência e de documentos da Johns-Manville (J-M) e da Turner & Newall (T&N) que mencionava-os de alguma forma.

Na sala do tribunal, o tradutor e eu assumimos nossos lugares imediatamente em frente aos três juízes, e o procedimento iniciou-se sem a formalidade de um juramento como testemunha. Eles pediram para ver meu passaporte, registraram meu nome, e começamos. A tradução resultou ser ainda pior do que pensei no momento; o registro de áudio mostrou que tanto as perguntas principais quanto as respostas foram incorretamente comunicadas. (Relatórios jornalísticos em *La Repubblica* criticaram o tribunal por não prover um tradutor suficientemente competente.)

Os documentos da Eternit que introduzi incluíam uma carta de 1950 ao grupo da matriz suíça, na época dirigida por Ernst Schmidheiny, à subsidiária da Eternit na Holanda, que discutia artigos de asbestose. Testemunhou que alguém que lesse a literatura sobre asbestose em 1950 dificilmente poderia evitar cruzar com dados e comentários que também ligariam o amianto ao câncer de pulmão. Do arquivo da Johns-Manville veio um relatório de consultores da J-M em uma entrevista de 1971 com Max Schmidheiny e seus sócios em sua casa de campo na Suíça. Schmidheiny e seus sócios criticavam Burnett, o Presidente da Johns-Manville, por adicinar os primeiros vãos alertas de saúde em sacos de amianto exportado da mina da J-M em Quebec, a partir de 1969. (Diz-se que os homens da Eternit sugeriram, como alternativa, alterar a materiais para saco à prova de pó!)

Posteriormente, em 1971, a transcrição da Conferência Internacional de Órgão de Informações sobre o Amianto (do arquivo da T&N provido pela Secretaria Internacional para Banimento do Amianto), à qual representantes da Eternit de quatro países estiveram presentes, mostra um rápido crescimento dos escritórios de

¹ Barry Castleman, ScD, Consultor Ambiental, Garrett Park MD, EUA; e-mail: barry.castleman@gmail.com

lobbying e propaganda da indústria de amianto nacional na época. Apenas um grupo desse tipo existia em 1969: o Centro de Informações sobre o Amianto. Este grupo britânico compartilhava escritórios com experientes especialistas de controle de danos da indústria de cigarros Hill & Knowlton. Antes de 1971, havia grupos da indústria de amianto em 11 países, inclusive os EUA. Os palestrantes britânicos detalharam a função da indústria do amianto britânica em amortecer o impacto da regulamentação do governo e influenciar o texto de matérias emitidas pelo governo sobre como o público e as instituições deveriam avaliar e lidar com exposições ao amianto. Alertando todos os outros britânicos observou que as coisas estavam ainda “relativamente tranquilas” na Bélgica, Itália, Alemanha e França. As apresentações mostram que problemas assolavam o amianto no Reino Unido, EUA e Holanda: como um perigo mortal a funcionários de fábricas de amianto e funcionários de estaleiros, em demandas sindicais resultantes, publicidade sobre perigos ao público geral, maiores custos de seguro e maior atenção de reguladores e inspetores governamentais.

A indústria criou em 1975 um grupo comum para coordenar sua defesa internacionalmente. Um memorando de 1978 da Associação Internacional do Amianto registra uma discussão sobre rótulos de alerta. Ele descreve como o rótulo “Cuidado com o Amianto”, recentemente introduzido no Reino Unido, tinha sido adotado em vários países como aceitável para as autoridades, e observa a visão de que quando o uso de algum rótulo de alerta para a saúde for inevitável, que isto deve ser de estilo selecionado. Isto é, foi observado que isso era preferível a ter que usar um rótulo com o símbolo de uma caveira e ossos cruzados, ou a palavra “câncer”. No fim, Etienne van der Rest, da Eternit Belga, foi registrado como solicitando que os britânicos fizessem o possível para evitar que produtos de amianto com o rótulo de alerta fosse comercializados na Europa.

Por fim, uma troca de cartas de van der Rest ao executivo Harry Hardie, da T&N, em março de 1980, começa com van der Rest lamentando que a T&N começara a usar um rótulo de alerta de “câncer” em mercadorias de amianto e questionando sua justificativa. Hardie respondeu que os produtores de cimento de amianto na Europa não tinham ideia de como as coisas estavam nos litígios do amianto nos EUA.

Eu encontrei Etienne van der Rest pela primeira vez em uma conferência em Washington, em 197, após discursar sobre “Exportação de Perigo,” envolvendo as indústrias de amianto e de produtos químicos. Ele era um homem muito alto, pálido, de aparência cadavérica, que veio a mim e se abaixou para pôr seu braço em torno de mim enquanto falava. Se você fosse fazer um filme, você não encontraria alguém melhor que esse

sujeito para um papel que personificasse o mal. Quando posteriormente vi o documento de 1978 que mostrava ele tentando impedir que produtos de amianto com o rótulo britânico entrasse na Europa, escrevi-lhe perguntando como ele podia viver consigo mesmo ao fazer algo assim. A única outra vês que vi esse sujeito foi nas audiências de 1986 sobre a regra proposta da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos de banir a maior parte dos usos de amianto. Lá, os homens da Eternit sustentaram que um banimento de tubos de cimento de amianto pelos Estados Unidos seria desastrosa para países pobres que precisam disso para suprir água potável. Eu fui até van der Rest e disse-lhe que eu sempre tinha atribuído a maior parte do sofrimento do ser humano à desigualdade de poder e riqueza, mas após ouvir a Eternit naquele dia percebi que o problema era a falta de tubos de cimento de amianto. Posso apenas imaginar o que van der Rest sentiu enquanto ele morria com um mesotelioma anos depois. O médico de sua empresa belga também morreu de mesotelioma, pelo que eu soube.

Os advogados de defesa não tiveram tempo para interrogar-me naquele primeiro dia e pediram duas semanas para ler o meu livro sobre a história da indústria do amianto. Não foi nenhuma surpresa! Eu disse ao juiz que eu poderia ficar mais uma semana, e ele ordenou que continuemos naquela oportunidade.

Durante aquela semana, me reuni repetidamente com o promotor e sua equipe, e com os advogados das vítimas em Casale Monferrato (a comunidade mais devastada pelas atividades da Eternit na Itália). A seus pedidos, preparei um resumo de três páginas e meia do que eu tinha tentado dizer ao Tribunal (que foi traduzido profissionalmente ao italiano), e discutimos quais perguntas adicionais os advogados poderiam fazer-me quando o julgamento fosse retomado.

O promotor Guariniello tem uma extensa rede de consultores acadêmicos e outros peritos em medicina, epidemiologia, higiene industrial e contabilidade. Ele espera institucionalizar uma entidade judicial encarregada de investigar fatalidades ocupacionais com causa criminal. Ele tem epidemiologistas buscando em estatística do governo cânceres ocupacionais. Este caso é um tipo de marco inovador em indiciar os proprietários executivos estrangeiros, não somente gerentes locais. Ele envolve um trabalho de detetive contábil judicial para rastrear a responsabilidade aos proprietários corporativos pelas condições em suas fábricas.

O novo tradutor do tribunal, Victoria Franzinetti, fez um excelente trabalho e o segundo dia de julgamento correu bem. Quando nenhum dos advogados pediu sua admissão, ofereci aos juizes o resumo que eu tinha escrito. Sua em italiano e meu Currículo Vitae entreguei a cada um dos três juizes. Quando o principal advogado do Sr.



Barry Castleman apresentando evidência perante o Juiz Giuseppe Casalbore, no Tribunal de Turin

Schmidheiny solicitou-me, entreguei-lhe uma tradução italiana de meu resumo. Era a vez da defesa examinar-me. Como suspeitei, o advogado principal de Schmidheiny levantou-se e disse que não tinha nenhuma pergunta. Um advogado da Etex, a Eternit Belga, que estava lá devido a processos civis (há pedidos civis de indenização envolvidos dentro do caso criminal), por motivos que ele deve conhecer melhor, perguntou-me as datas dos documentos de van der Rest que eu entregara ao tribunal uma semana antes. Então, desta vez com um bom tradutor, descrevi novamente os documentos aos juízes com alguns detalhes e apresentei a data de cada um.

O segundo promotor então perguntou-me sobre a história das discussões corporativas internas nos EUA sobre a adição dos primeiros alertas brandos de saúde em caixas contendo amianto. Isso foi ilustrado com memorandos internos da Johns-Manville de 1958 em diante e com atas da Associação de Produtos de Cimento de Amianto no período de 1968-70. Em sua primeira norma de saúde, a OSHA exigiu alertas nestes produtos em 1972. Mas na Europa, as empresas da Eternit fabricaram estes produtos durante a década de 1980 e pareceram nunca ter se preocupado em adicionar alertas de saúde em folhas e tubos de cimento de amianto.

O ônus da Eternit neste caso é ter feito o que era tecnicamente viável para proteger pessoas tanto em suas fábricas de amianto como nos arredores. Portanto citei partes dos regulamentos britânicos de amianto de 1969 e das normas OSHA de 1972 sobre amianto, para mostrar o que era exigido de outras grandes firmas enquanto a Eternit pouco ou nada fazia para proteger funcionários e vizinhos da planta expostos à sua poluição na Itália. Observei as exigências no Reino Unido e nos Estados Unidos de que os resíduos fossem eliminados em contêineres impermeáveis.

Guariniello e o juiz principal fizeram-me uma pergunta cada, e após isso pedi para falar. Ofereci-me para responder qualquer pergunta que o tribunal pudesse ter por correspondência, e disse que poderia enviar referências adicionais para apoiar declarações dadas no julgamento. Por último, agradeci-lhes pela maravilhosa tradução. Após deixar a sala, entreguei uma cópia de meu livro a um dos cientistas que trabalham com Guariniello para que o entregasse a ele. No livro eu tinha escrito meu respeito aos seus esforços de processar criminosos corporativos da indústria do amianto. Tudo acabou em uma hora e meia.

Concordava-se amplamente que os réus haviam perdido sua chance ao não dizer à corte que não tinha perguntas a mim no fim do procedimento da primeira segunda. Eles teriam ficado melhor se tivessem me mandado para casa naquele momento. Mas também acredita-se que os advogados de defesa estão fazendo tudo o que podem para prolongar este julgamento, esperando então conseguir mais um ano para que possam explicar suas ações. Estima-se que a frota de advogados, relações públicas, etc. de Schmidheiny custe aproximadamente €10 milhões por ano.

Declaração Suplementar ao Tribunal

Após refletir, escrevi um resumo para enviar ao tribunal que entrou em detalhes quanto a declarações dadas em meu segundo dia de julgamento, concentrando-me na questão de alertar as pessoas sobre os perigos do amianto como tendo importância central.

A apreensão de empresas de amianto dos Estados Unidos quanto às suas possíveis responsabilidades pelo produto (o que eventualmente as devastariam), mesmo antes que agências reguladoras federais nos Estados Unidos fossem

criadas para proteger funcionários e o meio-ambiente, retrocedem até pelo menos a década de 1950. Logo após ser criada pelo Congresso, a OSHA exigiu alertas em produtos como folhas e tubos de cimento de amianto em seus regulamentos de 1972 sobre amianto (afirmando que respirar amianto pode causar “danos corporais graves”).

Em contraste, a falta de uma lei de responsabilidade pelo produto na Europa e a falta de exigências de rótulos de alerta nos europeus para amianto no local de trabalho permitiram que os fabricantes da Europa evitassem alertar os trabalhadores e o público sem nenhum risco financeiro. Os executivos da Eternit portanto constantemente mostraram-se contra o uso de rótulos de alerta de saúde e tentaram até conseguir que firmas britânicas não exportassem produtos de amianto rotulados ao continente em 1978. Aparentemente, a Eternit continuou fabricando estes produtos na década de 1980 e nunca acrescentou alertas de saúde neles ou nos folhetos do produto. Parece-me que a prolongada ignorância dos funcionários e do público em geral era essencial para a expansão dos mercados de produtos de amianto após a década de 1930, tempo em que a letalidade do pó de amianto estava bem estabelecida medicamente. Mencionei um memorando interno de 1975 da Union Carbide dizendo que seria “entre grave e fatal” ao negócio de amianto adicionar alertas em sacos de amianto usando a palavra “câncer.”

Também anexei o material enviado pelo Grupo Eternit Suíço nas audiências da Agência de Proteção Ambiental de 1986 sobre o banimento de amianto nos EUA. Este incluía declarações de que a firma considerava proteção do meio ambiente e do trabalhador como responsabilidade da *alta administração*. Um excerto anexado ao testemunho da empresa veio de um relatório da indústria de amianto de 1984 com o objetivo de descrever a melhor tecnologia disponível em centros de produção de cimento de amianto dos Estados Unidos. “Todos os três fabricantes de tubo de cimento de amianto visitados têm engenheiros em tempo integral e higienistas industriais dedicados à redução ao mínimo da exposição ao pó de amianto em todos os locais de trabalho.” Máquinas completamente automatizada para abrir sacos de amianto “totalmente fechados” também foram descritas neste excerto. Medições de fibra de amianto no ar foram reportadas. O envio disso pela Eternit à Agência de Proteção Ambiental, pensei, convidava uma comparação com as condições das próprias fábricas da Eternit em meados da década de 1980.

Conclusão do Julgamento

Nos finais de julho de 2011, os promotores disseram que tinham reavaliado evidência conforme esta foi apresentada no julgamento e pedia agora que Schmidheiny e o Barão fossem sentenciados a 20 anos cada um (em vez dos

12 anos originalmente pedidos), com base em dolo e negligência intencional pelos executivos e proprietários da Eternit, apoiando a acusação de desastre ambiental doloso. Eles também observaram que o desastre estava em andamento, com novas fatalidades a cada ano, além das quase 3000 vítimas nomeadas nos processos do tribunal.

Os juízes pareciam ansiosos para concluir o julgamento e limitaram os advogados de reclamantes de processos civis de indenização restantes a 15 minutos de declaração oral, cada um, com o restante de suas declarações devendo ser enviadas por escrito.

Em sua declaração final, o advogado de Schmidheiny não apresentou nenhuma das desculpas habituais (Schmidheiny não tinha ciência de que o amianto era perigoso ou pensava que era menos perigoso que o que mostrou ser, ele achava que seus gerentes de fábrica estavam fazendo um trabalho melhor em proteger as pessoas). Ao invés disso, ele pareceu ridicularizar o princípio “sacrossanto” de reabilitação através da punição por coisas feitas há 25 anos, quando “uma pessoa” não é a mesmo que foi antes. Isso sugeria que a filantropia de Schmidheiny deveria ter precedência sobre como sua fortuna foi feita. A divagação do advogado sobre a corrosão dos princípios da lei dos tribunais italianos comparava a perseguição de Schmidheiny às ações dos nazistas e de Guantanamo. O advogado de defesa também defendeu que os métodos de diagnósticos usados em alguns casos de mesotelioma das vítimas não empregaram técnicas de primeira linha.

Guariniello respondeu que ele nunca antes pedira sentenças de 20 anos em um caso desse tipo, mas desta vez tinha de fazê-lo, devido à enormidade do dano causado e à “intensidade da intenção criminal viciosa ao longo do tempo.” O promotor também indicou que houve uma organização de mídia complexa paga para esconder a participação de Schmidheiny, também envolvendo espionagem em sindicatos, magistrados e grupos de vítimas “que a defesa cuidadosamente evitou mencionar.”

Enquanto isso, a legislação para melhor proteger empresários na Itália contra processos criminais ziguezagueou rumo ao seu objetivo. Isso permitiria atrasar interminavelmente a conclusão do julgamento, posto que os advogados de defesa poderiam convocar como testemunhas praticamente todos os que foram tocados pelo caso. Guariniello pediu que este caso fosse julgado sob a lei existente, mesmo se a nova lei entrasse em vigor antes que o julgamento fosse concluído, e os juízes aparentaram estar ansiosos para concluir o julgamento, também, antes que as alterações legislativas viessem. No final das contas, a temida legislação foi deixada de lado devido à crise econômica e política que sacudiu a Itália em novembro de 2011.

18 de novembro de 2011

11. A ETERNIT CONTRA AS VÍTIMAS

Laurie Kazan-Allen

Os planos, as estratégias e ânimos dos ativistas de Casale Monferrato, assim como os esforços de indivíduos encarregados de levar os executivos da Eternit à justiça, foram meticulosamente monitorados por uma rede de informantes, assim chamados “correspondentes locais de RP,” e consultores. A extensão da super-rede de consultores pagos pela Eternit, chamada de “Equipe de Itália” em arquivos corporativos confidenciais, foi revelada no extenso arquivo confidencial de memorandos, briefings e faxes confiscados pela polícia durante batidas no escritório de Milão da empresa de relações públicas global GCI Chiappe Bellodi Associates (Bellodi).¹ Das premissas da Rua Carducci, número 16, Guido Bellodi coordenou uma operação que informou os desenvolvimentos em Casale Monferrato, inclusive esforços de ativistas da comunidade, planos de férias de litigantes chaves, recursos disponíveis a promotores italianos, declarações de membros da equipe de acusação, afiliações de políticos locais e membros do Governo da Região, as últimas publicações epidemiológicas, cobertura de imprensa e o material filmado de jornalistas italianos e estrangeiros. Um “Relatório Trimestral sobre o caso italiano da Eternit” datado de 29 de setembro de 2000 até mesmo comenta sobre a participação de líderes da comunidade no primeiro Congresso Mundial de Amianto:

“Uma delegação de Casale esteve presente no recente Congresso do amianto organizado em 17-20 de setembro de 2000 em Osasco, Brasil. Ela incluiu o prefeito Sr. Mascarino, Sra Degiovanni (oncologista d ASL 21 e membro da equipe do amianto), Sr. Pesce e Sr. Pondrano (CGIL). O Professor Terracini esteve entre os palestrantes do painel de epidemiologia.”²

O fato que Guido Bellodi tinha um número aparentemente infinito de indivíduos para executar suas ordens indica os vastos recursos financeiros aos quais seus financiadores estavam dispostos a dispensar no desafio imposto pelo crescente número de mortes que ex-funcionários da Eternit e residentes locais. Em nenhum ponto dos arquivos eu li alguma expressão de compaixão por aqueles cujas vidas foram destruídas pela empresa ou suas afiliadas.

O objetivo último da audaciosa estratégia de defesa de Bellodi era “ter ao máximo possível garantia de que tudo está e estará sob controle.” Vez após outra, foi realçada a necessidade de garantir que a epidemia de mortes causadas pela Eternit como resultado das operações da fábrica de cimento de amianto em Casale Monferrato permanecesse somente uma história local.³ A implementação rigorosa de um plano de comunicações que delineou funções e tarefas específicas aos que estavam na folha de pagamento da Eternit foi a base da campanha de relações públicas “para enfrentar o problema de Casale.” O desvio das estratégias contidas no plano mestre da empresa, conhecido como a “Bíblia,”⁴ poderia resultar em “um jornalista inteligente escrever uma história detalhada sobre (sic) um grande meio de comunicação da Itália ou do exterior,”⁵ alertou Bellodi. Um memorando de junho de 1992 indica como as ordens de RP da Eternit eram emitidas diariamente; é importante observar que o layout do texto mostra uma demarcação entre níveis 1 e 2, que são da área de relações públicas, e níveis 3 e 4, que são da “Área de Comunicação Nula”:

“Objetivos Estratégicos na Itália

A orientação estratégica de nossa política de RP foi cuidadosamente preparada e estabelecida nos últimos anos. Penso que ela é válida e não deve ser alterada:

Primeiro objetivo:

Tentar manter o problema no NÍVEL 1 [o diagrama mostra o nível 1 como controlado pela Eternit (Itália) (em concordata); as iniciais atribuídas a este nível são GB em cooperação com MM].⁶

Segundo objetivo:

Tentar manter o problema no NÍVEL 2, ex: quando notícias na Suíça ou Alemanha nos forçam a deixar o NÍVEL 1. [O diagrama mostra o nível 2 como controlado pela NUEVA AG (Thalwill) outrora: Grupo Eternit Suíça; as iniciais destinadas a este nível são FS em cooperação com IH.]⁷

1 Um documento de 1992 listou escritórios da GCI em Amsterdã, Bolonha, Bruxelas, Dusseldorf, Frankfurt, Gênova, Haia, Hong Kong, Londres, Los Angeles, Maastricht, Melbourne, Cidade do México, Mila, Munique, Nova Iorque, Paris, Roma, Estocolmo, Sidney, Tóquio e Toronto.

2 Os documentos disponíveis para que nós estudemos o que foi confiscados pela polícia nos escritórios de Bellodi (os arquivos Bellodi) e posteriormente enviados como evidência durante o julgamento de Turin foram escritos em italiano, inglês e alemão e cobriam o período de 1992 a 2002. Os arquivos em pdf que obtivemos muitas vezes contêm uma mistura de documentos. Citações de arquivos relevantes serão feitas de acordo com as classificações originais: Bellodi_Doc_125-148.pdf (p 40).

3 Bellodi_Doc_112_T Martac.pdf e Bellodi_Doc_123_T Martac.pdf

4 Bellodi_Doc_182A_T. Crosetto.pdf

5 Strictly Confidential Memo. Bellodi_Doc_T. Martac.pdf (p. 2).

6 GB: Guido Bellodi; MM: Maurizio Maresca

7 FS: Frank Sommer; IH: Ida Hardegger.

Terceiro objetivo:

Evitar de toda forma permitir que o problema estenda-se aos NÍVEIS 3 ou 4. A condição prévia essencial é que todas as investigações (sic) sejam consistentemente levados aos NÍVEIS 1 e 2 e que nenhum comentário sobre o assunto seja feito de qualquer forma em absoluto nesses níveis. [O diagrama mostra o nível 3 como controlado pela ANOVAAG (Hurden); nenhuma inicial é destinada ao nível 3. O nível 4 é controlado por STS;⁸ nenhum outro colaborador é listado no nível 4.]

Recomendações:

Mesmo hoje (junho de 1992) parece bastante possível que o problema possa ser confinado no NÍVEL 1 (NÍVEL 2 no máximo) se todos os envolvidos manterem-se rigidamente dentro do objetivo. É o que devemos tentar alcançar. ⁹

Para alcançar o conjunto de objetivos das tropas de advogados, consultores de relações públicas, consultores de indústria e peritos acadêmicos da Eternit, divisões de atividades foram fundadas. A adesão a estes órgãos atraiu talento interno, tal como o colaboradores da Eternit AG, Eternit S.p.A., Grupo Eternit Suíço, Nueva Ltd., mas também trouxe talento de empresas externas, como a GCI Chiappe Bellodi Associates e a Buro fur Medieberatung (Bonn) e contratou peritos independentes e terceirizados conforme necessário. Para facilitar a comunicação entre os envolvidos, listas de contato foram redigidas com detalhes comerciais e endereços de residência, números de telefones e de faxes de escritório e domésticos. Os nomes dos participantes de alguns grupos chave da Eternit são observados abaixo:

Equipe de Itália: L. Mittelholzer, B. Schneider, M. Maresca, H. Thoni, STS (Stephen Schmidheiny?), G Bellodi, L. B. Fetz, G. Buttiker, A. Barbieri, E. Heini, J. Drolshammer, E. Bontem- pelli, F. Sommer, U. F. Gruber, E. Costa, H. U. Liniger, W. Schurer, U. Garaventa, K. Villinger, P. Bernasconi

Equipe de Relações Públicas¹⁰ (apelido “Equipe Stampa”): Coordenador: Guido Bellodi; Secretário de Imprensa (Milão) Andrea Barbieri; Secretário de Imprensa (Roma) Roberto Maria Zerbi; [Questões do] Meio-Ambiente: Emilio Costa (Gênova) e Ulrich Gruber

Equipe de Gestão de Crises: Wolfgang Schurer, Dr. Gero Buttiker, Dr. J. Kaegi, Dr. Benno Schneider, Walter Anderau, Hans Thoni, F. Sommer, Leo Mittelholzer, Guido Bellodi

Equipe Legal: Internacional - J. Drolshammer e Itália - Prof. Alberto Bosisio, Aw. Ubaldo Foppiano, Aw. Maurizio Maresca

Correspondentes locais de RP: Rossanna Revello (Gênova), Maris Cristina Bruno (Casale Monferrato), Rino Labate (Messina)

A incrível precisão com a qual a defesa da Eternit foi conduzida é bem ilustrada pela divisão quase forense de tarefas entre membros da equipe jurídica. Foi pedido a colaboradores chaves que desenvolvem estratégias legais para: desmentir alegações feitas pelas vítimas; “dominar ou evitar o véu corporativo,” evitar responsabilidade por danos ambientais na Itália e na Suíça e ajudar a minimizar a responsabilidade da Eternit para com terceiros, tais como a agência governamental italiana, INAIL.¹¹ Outros profissionais e consultores jurídicos foram acusados de: descobrir e/ou explorar brechas jurisdicionais, criar estratégias de fuga corporativa, como estabelecer fundos fiduciários, arquivar registros da empresa e identificar peritos que pudesse ser testemunhas, representando os empregados da Eternit em outros julgamentos italianos, isto é, os de Cavagnolo em 1995 e 2000, estabelecer um fundo para pagar as taxas jurídicas de executivos da Eternit sob ataque,¹² estabelecer ligações com advogados da Eternit do Grupo Eternit Belga e outras empresas irmãs e estudar a evolução de precedentes legais, tais como os que se originaram do caso Seveso, e que poderiam afetar a posição da Eternit.

A rede de Bellodi conhecia bem a necessidade de constante contribuição por fontes no local de produção; na era pré-Internet, o acesso remoto a notícias sobre desenvolvimentos locais não era possível com o clique de um botão. Informações contidas em relatórios mensais de “correspondentes de RP locais,” circuladas a colaboradores de Bellodi e da Eternit não só para os manter atualizados mas também estimulados para futuras ações defensivas. O feedback de Casale Monferrato alimentava-se do monitoramento contínuo de notícias jornalísticas, sempre atualizado quanto a boatos locais e mantendo infiltração em reuniões da AFEVA, o grupo que representa as vítimas de amianto de Casale Monferrato e suas famílias, e da AFLED (1’associazione famigliari lavoratori

⁸ É de relevância observar que nenhum dos arquivos de Bellodi que li mencionavam Stephen Schmidheiny. Em pelo menos quatro exemplos, contudo, as iniciais STS foram encontradas na documentação e acredita-se que elas signifiquem Stephan Schmidheiny. Em um memorando confidencial escrito em 10 de setembro de 1994, o título da seção final é: “Aspectos de relações públicas - Relações com Grupo Belga.” As notas abaixo deste título declaram: “Diferentes opções em caso de desenvolvimentos: (a) ataques fortes na imprensa contra o Group/STS relacionado com Casale; (b) envolvimento direto do Group/STS...”

⁹ Bellodi_Doc_123_T Martac.pdf

¹⁰ Bellodi_Doc_1_01_T Zallio.pdf

¹¹ Bellodi_Doc_108.pdf (p. 3-4).

¹² Bellodi_doc_127.pdf

Eternit deceduti: a Associação de Funcionários da Eternit Falecidos), a organização que a precedeu. Um indivíduo designado nos arquivos de Bellodi como tendo empreendido algumas destas tarefas foi a jornalista independente Maria Cristina Bruno; podem ter havido outros.¹³ Comentando sobre a infiltração da AFEVA por Maria Cristina Bruno, Bruno Pesce, da AFEVA, disse:

“Ela espiou-nos dia após dia, ano após ano, assistindo a todas as reuniões do sindicato, fazendo perguntas sobre os procedimentos... Schmidheiny pagava a prática de Bellodi, que pagava seus informantes...”¹⁴

As cópias de briefings por Maria Cristina Bruno, que foram traduzidas do italiano, seguem em anexo como Apêndices A e B. Elas são uma mistura de focos, reciclagem da cobertura de imprensa de Casale Monferrato e o que parece ser conhecimento interno de desenvolvimentos correntes. Os documentos confiscados pela polícia revelam que não importando a qualidade dos relatórios de Bruno, eles eram amplamente circulados a membros da “Equipe de Itália.” Um de seus relatórios, datados de 6 de outubro de 1993, trata de notícias de desenvolvimentos científicos:

“O detonador está a ponto de ser disparado nos números relacionados ao estudo epidemiológico e à amostragem ambiental. Os sindicatos estão preocupados e tentando aumentar a consciência e a opinião pública sobre a gravidade do problema ou, pelo menos, de como o problema é mal.

Eu ouvi que eles estão tentando reunir informações sobre as empresas que atualmente operam na província e que ainda usam amianto.

O objetivo de seu trabalho é que a INAIL [uma agência do governo que provê seguro ocupacional e bem-estar] seja alertada ou envolvida diretamente. Os dados ainda não foram enviados ou publicados. Os sindicatos foram informados sobre os resultados e atualmente os dados

estão com o distrito de saúde e com os médicos que estão estudando o problema do cimento de amianto. Assim como as informações que inclui, não pude adquirir informações mais detalhadas. Os médicos têm um embargo e não estão divulgando informações de nenhum tipo.

O distrito de saúde atualmente aguarda que o Ministério siga em frente e seja capaz de publicar os dados. Atualmente, há problemas ligados ao financiamento de tal projeto, o qual foi várias vezes prometidos mas ainda não chegou. Fico por aqui, na espera de prover-lhe novas informações.”

Na nota explicativa de Guido Bellodi, circulada a Gero Buttiker, Ferdinand Elsener, Erich Heini, Ulrich F. Gruber e Frank Summer em 6 de outubro junto com o texto do “relatório recebido hoje de nosso correspondente [Bruno] em Casale,” Bellodi alertou que a “situação poderia ter desenvolvimentos alarmantes.”¹⁵ A velocidade com a qual, conhecimento valioso era reunido e disseminado à “Equipe Itália” da Eternit era realmente impressionante. Em apenas algumas horas de uma reunião sindical em 30 de novembro de 1993 sobre a questão do amianto em Casale, um relatório datilografado de quatro páginas detalhando apresentações dos palestrantes, discussões e planos para ações futuras em nome dos lesados foram circulados na rede da empresa.¹⁶

O problema da responsabilidade da Eternit pela limpeza da poluição de amianto em Casale Monferrato e em qualquer outro lugar foi considerado como alta prioridade. Comentando sobre um artigo de epidemiologistas italianos, em 1995, Dr. Ulrich Gruber, um infiltrado antigo da Eternit, o artigo é um muito perigoso porque sugere que a Eternit poluído toda a cidade inteira de Casale...”¹⁷ Propostas consideradas por autoridades municipais, estaduais, regionais e centrais para descontaminar o antigo depósito da Eternit em Casale Monferrato e as margens do rio Po, onde vasto volume de resíduos de amianto tinham sido depositados, foram assiduamente monitoradas pela empresa. Comentários típicos na documentação de Bellodi sobre as implicações ambientais das operações de cimento de amianto da Eternit na Itália são observadas

13 Briefings anônimos de Casale Monferrato, datados de 28 de junho de 1993 e 29 de novembro de 1993 foram enviados a Guido Bellodi e Maurizio Maresca e comentavam várias questões, inclusive: “crescentes rumores dos sindicatos acerca de possivelmente reabrir os processos criminais e civis [contra a Eternit];” estes casos seriam abertos em nome dos residentes e ex-funcionários que contraíram mesotelioma. O conteúdo de um programa de televisão apresentado em 18 de novembro é informado: “O lado positivo disso, na minha opinião, é que a audiência foi muito baixa devido ao horário em que foi transmitido.” Declarações feitas no documentário pelo Epidemiologista Benedetto Terracini, Raffaele Guariniello, Bruno Pesce e ex-funcionários são mencionadas e o escritor conclui que “existe uma situação muito ruim... e há possíveis perigos para o futuro.” Bellodi_Doc-120.pdf

14 Espionage and Misinformation. ANDEVA Bulletin. Setembro de 2011.

Mossano S. The Continuation of the Eternit Hearing (“Eternit, Seguito Udienza”). Alessandria edition of La Stampa. 4 de julho de 2011.

15 Bellodi_Doc_108-124.pdf (pag 45).

16 Bellodi_108-124.pdf (p. 52, 53-56).

17 Bellodi_Doc_149-194.pdf

abaixo. Conquanto o inglês nestas passagens é às vezes um pouco difícil de acompanhar e frequentemente incorreto gramaticalmente, o sentido do que está sendo dito é claro:

- “O interesse na questão do amianto está ainda vivo e especialmente o primeiro ponto pode muito bem representar o risco de tornar-se uma questão ambiental mais ampla e grave. A previsão mais pessimista seria que, em caso de reclamação de toda a cidade de Casale, o estado italiano poderia muito bem extrair os fundos relevantes no (sic) ‘responsável’ pela poluição. Do nosso ponto de vista, isso significa que a situação pode ficar tornar-se um tanto quanto preocupante.”¹⁸
- “Um ‘supercomitato’ (Supercomitê) foi constituído para tratar dos todos (sic) problemas ambientais de Casale. Tal Supercomitato promoveu uma reunião com o representante do Governo. Eles reuniram-se com o Ministro do Meio-Ambiente, Matteoli, e com o Direttore General, Clini (23 de junho). Acerca da bonificação [descontaminação] dos locais, há um forte debate. O prefeito é contrário ao uso de subsídios financeiros estatais (para evitar publicidade negativa) enquanto os outros são a favor.”¹⁹
- “Os relatórios de peritos do Tribunal (não ainda divulgados oficialmente) e as inspeções do Município mostrariam que toda a área de Targia (Sicília) está poluída com pó de amianto.”²⁰
- Quanto a uma investigação criminal em andamento em Siracusa relacionada à fábrica da Eternit: “Parece que o Promotor Público em Pretura está investigando descarga abusiva e não autorizada e estocagem ilícita de resíduos de amianto dentro da fábrica e no solo oceânico em frente à fábrica.”²¹
- “O departamento Ambiental parece ter decidido levar buscar as ações ambientais. O Diretor Geral enviou a Siracusa seu próprio representante. Tal ação, sugerida também pelas forças políticas - Forza Italia (Sra. Prestigiacomo) e Rete (Sr. Piscitello) - a nível nacional, poderia ser iniciado também dentro do procedimento criminal Sub A.”²²
- “O trabalho de limpeza da fábrica da Eternit [em Casale] foi finalmente iniciado no final de agosto (2000). O trabalho para remoção da folhas de amianto de diferentes edifícios

públicos está em andamento... Nenhum desenvolvimento por enquanto sobre a questão da poluição ambiental [na Sicília].”²³

A estratégia cuidadosamente preparada pela Eternit para manter o controle do escândalo do amianto italiano funcionava. Mesmo com o crescimento do número de mortes, novas formas foram encontradas para desviar a atenção da culpabilidade da empresa. Os advogados continuavam seu sucesso como relações públicas e informantes da Eternit. Diferentemente da fortuna de conglomerados do amianto nos Estados Unidos e no Reino Unido, os balanços patrimoniais da Eternit pareciam imunes a pedidos de indenização das vítimas da empresa. O dois de homens acusados no Grande Julgamento do Amianto devem ter sentido-se certos de que nunca veriam o interior de uma cadeia italiana. Qualquer que fosse o resultado desse julgamento e das apelações que sem dúvida se seguiriam, a Eternit fora exposta como um empreendimento criminoso dedicada a buscar o lucro não importando o custo à mão de obra e à comunidade local. Quanto ao papel desempenhado neste desastre humanitário por Stephan Schmidheiny e Jean-Louis Marie Ghislain de Cartier de Marchienne, isso será julgado no Tribunal de Turin.

Novembro de 2011

18 Bellodi_Doc_118_T Martac.pdf

19 Bellodi_Doc_126_T Martac.pdf

20 Fax datado de 12 de junho de 1995, de Pier Lodigiani da firma de Bellodi a Gero Buttiker, Ferdinand Elsener e Maurizio Maresca. Bellodi_Doc_149-194.pdf (p 53).

21 Relatório de Maurizio Maresca. 22 de fevereiro de 1995. Bellodi_Doc_164.pdf

22 Ibid.

23 Bellodi_Doc_125-148.pdf

Relatório de Maria Cristina Bruno²⁴

Appedix A

Maria Cristina Bruno piazza Castello 11 15033 - Casale Monferrato (Al)

Casale Monferrato 02.09.1993

Guido Bellodi
Chiappe Bellodi Associates
Via Carducci, 16
20123 Milão

Objeto: Monitoramento da Eternit²⁵

Como é de praxe, envio-lhe um relatório sobre a imprensa referente a julho e agosto. O Monferrato, um jornal local publicado duas vezes por semana, cujo diretor é Marco Giorcelli, publicou os seguintes artigos:

6 de julho de 1993

O Representante (MP) em Casale do “Rifondazione” [o Partido Comunista de Refundação], Angelo Muzio ainda está envolvido no problema do amianto de um ponto de visão jurídico. Entrementes, o problema do amianto está igualmente ainda sendo discutido na Província de Alessandria na Escola de Construção [esta era uma das escolas técnicas e vocacionais onde funcionários versados na indústria de construção eram treinados].

13 de julho de 1993

Mais pedidos de aposentadoria prematura por ex-funcionários da Eternit. O caso de Casale também é discutido na S.A.C.A.²⁶

16 de julho de 1993

A câmara inferior [a Câmara dos Deputados na Itália; de forma geral o equivalente à Casa Comum na Grã-Bretanha] votou um decreto para pensões para ex-funcionários da Eternit.

No debate que se seguiu, MPs de Casale Monferrato discursaram. Angelo Muzio, dos Comunistas de Refundação, Alda Grassi, da Liga do Norte.

27 de julho de 1993

Em 27 de julho de 1993, o mesmo “Decreto de Amianto” foi votado no Senado. Ele foi aprovado e todos ficaram satisfeitos e houve comentários de Angelo Muzio que foi o MP dos Comunistas de Refundação.

O jornal Stampa [Il Stampa] reportou as notícias na página da Província de Alessandria e também publicou os seguintes artigos:

- 9 de julho de 1993: *Atrasos nos acordos de ex-funcionários da Eternit.*
- 11 de julho de 1993: *A câmara inferior do Parlamento está examinando o decreto do amianto.*
- 20 de julho de 1993: *Atrasos no financiamento regional para descontaminação dos antigos depósitos da Eternit.*
- 24 de julho de 1993: *O Senado aprova o decreto do amianto.*

O “Vita Casalese,” um semanal católico local dirigido por um padre chamado Dom Paolo Busto, publicou:

- 29 de julho de 1993: *O Senado aprovou o decreto do amianto.*
- [Este artigo contém] comentários muito positivos de Angelo Muzio, o Representante local do Partido comunista de Refundação.
- 26 de agosto de 1993: *A descontaminação do antigo depósito da Eternit ainda está bloqueada.*
- [Este artigo explica que o motivo deste atraso é] devido à falta de financiamento regional, o qual foi aprovado mas nunca disponibilizado. [Ele também declara que] estamos todos satisfeitos com a aprovação do decreto do amianto [e inclui] comentários da INPS [Agência de Pensão Italiana].

Segue em anexo os documentos acima listados e também uma cópia do projeto de descontaminação e reconversão das margens do rio Po, preparado pelo Departamento do Meio-ambiente de Casale. O projeto foi criticado diversas vezes pela Liga do Norte e está atualmente bloqueado.

Quanto a outras notícias em questão, infelizmente, não posso realmente prover-lhe nenhuma outra informação devido aos feriados, mas enviar-lhe-ei quaisquer outras informações tão logo for possível. Nada mais a acrescentar. atenciosamente,

Dr. Maria Cristina Bruno

²⁴ Traduzido do italiano.

²⁵ A frase italiana “monitor Eternit” foi traduzida para monitoramento da Eternit.

²⁶ S.A.C.A.: Societa per azioni Cemento Amianto (Asbestos Cement Ltd. shareholding company).

Telefax

De: Maria Cristina Bruno piazza Castello 11 15033-Casale Monferrato (Al)
Para: Dr. Guido Bellodi/ cc: Maurizio Maresca
Páginas: 1 + 3
Assunto: Esta comunicação é para informar sobre os artigos que foram publicados ontem no jornal Il Monferrato e le Stampa
Casale Monferrato, 06.10.1993

O detonador está a ponto de ser disparado nos números relacionados ao estudo epidemiológico e à amostragem ambiental. Os sindicatos estão preocupados e tentando aumentar a consciência e a opinião pública sobre a gravidade do problema ou, pelo menos, de como o problema é mal.

Eu ouvi que eles estão tentando reunir informações sobre as empresas que atualmente operam na província e que ainda usam amianto.

O objetivo de seu trabalho é que a INAIL seja alertada ou envolvida diretamente. Os dados ainda não foram enviados ou publicados. Os sindicatos foram informados sobre os resultados e atualmente os dados estão com o distrito de saúde e com os médicos que estão estudando o problema do cimento de amianto. Assim como as informações que inclui, não pude adquirir informações mais detalhadas. Os médicos têm um embargo e não estão divulgando informações de nenhum tipo.

O distrito de saúde atualmente aguarda que o Ministério siga em frente e seja capaz de publicar os dados. Atualmente, há problemas ligados ao financiamento de tal projeto, o qual foi várias vezes prometidos mas ainda não chegou. Fico por aqui, na espera de proverlhe novas informações.

PS: os números referentes aos dados epidemiológicos destacam uma incidência de aumento de mesoteliomas entre cidadãos não diretamente expostos, isto é, entre a comunidade ou população ou residentes que não foram diretamente expostos [ao amianto no trabalho].

Maria Cristina Bruno



Foto no Brasil, atendendo ao Congresso Mundial do Amianto em Osasco, 2000, estão Barry Castleman, Annie Thebaud-Mony, Bruno Pesce, Nicola Pondrano, Dr. Daniela Degiovanni, o Prefeito Paola Mascarino e Fernanda Giannasi. A presença dos italianos não foi despercebida pelos informadores da Eternit.

²⁷ Traduzido do italiano

12. A PRODUÇÃO DO DOCUMENTÁRIO: PÓ - O GRANDE JULGAMENTO DO AMIANTO

Niccolò Bruna e Andrea Prandstraller¹

“O Grande Julgamento do Amianto”, que dá nome ao filme, foi iniciado em Turin, em 10 de dezembro de 2009. Finalmente, milhares de italianos cujas famílias foram dizimadas pela desolação das doenças do amianto e vítimas sobreviventes da doença puderam ter alguma esperança de justiça. No decorrer do julgamento, o promotor pediu sentenças de vinte anos aos principais diretores das multinacionais responsáveis pelo lançamento do pó de amianto letal; mais de seis mil partes lesadas pediram indenização; advogados de toda a Europa foram reunidos para ajudar o promotor. “Grande” não era um exagero; nunca houve um julgamento maior.

Com o início do julgamento, fomos capazes de prosseguir com o que seria a parte principal de nosso filme. Tínhamos esperado um longo tempo - nosso projeto foi concebido em 2006 - mas as famílias das vítimas tiveram de suportar décadas de atraso. E eles tinham feito assim com dignidade notável e elasticidade. Foi para eles e para as vítimas, cuja luta diária para regastar o que podiam de uma vida normal durante o breve tempo deixado a eles era tão pungente de assistir, que o filme foi feito.

No início, fomos bastante ingênuos. Pensávamos, como a maior parte dos europeus, que a asbestose e o mesotelioma eram doenças do passado; afinal, elas eram causadas pela exposição a fibras de amianto e o uso de amianto havia sido banido, não é verdade? Mas as pesquisas para o filme mostraram-nos que a verdade era justamente o contrário: a indústria do amianto estava ainda em pleno andamento, especialmente onde esta atividade econômica é atualmente mais forte - China, Índia, Brasil. Na Índia, descobrimos que o uso do amianto crescia rapidamente.

Este foi um dilema. Além da cobertura do próprio julgamento, tínhamos a intenção de concentrar-se nas vítimas de Casale Monferrato, o município que sofreu o grosso da epidemia de doenças do amianto na Itália, mas agora sentíamos a responsabilidade de expandir nossa rede.

Setenta por cento da população do mundo vive em países onde o consumo de amianto é um fator diário. Sentimo-nos obrigados a divulgar esta realidade dramática ao público ocidental. Para tal, foi decidido a filmagem em dois locais essenciais onde a consciência do perigo do amianto estava em uma etapa muito mais atrasada que na Europa. A equipe de produção exploraria a realidade do amianto no Brasil, um importante fornecedor, e na Índia, o maior importador de amianto no mundo. No Brasil, descobrimos grandes diferenças entre estados e meso regiões dentro de estados

quanto a regulamentos sobre o amianto. O país, naturalmente é vasto, com ampla gama de grupos étnicos e culturas. Contudo, possui somente uma mina de amianto, portanto decidimos seguir à área remota onde esta está situada. As condições na mina de amianto crisotilo em Minaçu, a maior da América Latina, não apresentava perigo de saúde aos funcionários, de acordo com a empresa, o médico da empresa, o representante do sindicato da empresa e o instituto local que representa a indústria de amianto. E ainda, os membros da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA) e uma Inspectora do Trabalho Sênior documentaram impacto terrível da exposição ao amianto em trabalhadores brasileiros. De fato, a Inspectora do Trabalho Fernanda Giannasi disse que a redação dos rótulos em painéis para tetos de cimento de amianto, que advertiram aos que trabalhavam com tais produtos a não respirar as fibras perigosas era um absurdo.

Na Índia, foi-nos negada a permissão de acesso a muitas fábricas de cimento de amianto, mas finalmente conseguimos acesso a uma instalação das Indústrias Visaka, um grande produtor de talhados de cimento de amianto. Também conseguimos uma entrevista com o Dr. G. Vivekanand, Vice-Presidente das Indústrias Visaka, médico e Membro do Parlamento, que nos disse que as condições em sua fábrica eram perfeitamente seguras. Ao longo de toda a nossa viagem à Índia, observamos peças quebradas de painéis de cimento de amianto espalhadas na zona rural e em favelas e encontramos uma ignorância predominante quanto o que é o amianto e o perigo que ele representa à saúde humana.

No julgamento de Turin, o acusado - magnata suíço Stephan Schmidheiny e o Barão Belga Louis de Cartier de Marchienne - estiveram notavelmente ausentes em pessoa, mas representados por uma miríade de advogados e consultores. Contudo, o número destes indivíduos pareceu minúsculo ante à multidão de parentes de vítimas que vimos encher a sala do tribunal em cada dia de julgamento (as audiências inicialmente eram feitas semanalmente, às segundas, e então, perto do final dos processos, passaram a ocorrer duas vezes por semana). Filmamo-los estoicamente indo ao tribunal de ônibus, muitos em seus 80 anos, determinados a ver justiça para aqueles em suas famílias cujas vidas foram desnecessariamente interrompidas.

Causar intencionalmente um desastre ambiental é umas das acusações levantadas contra os réus. A diretora de escola Luisa Minazzi sabia o que isso significava. Enquanto a filmávamos em seu cotidiano, observando sua brava determinação

¹ Niccolò Bruna (e-mail: nic.bruna@gmail.com) e Andrea Prandstraller (e-mail: a.prand@libero.it) são produtores de documentários.

de viver ser repetidamente atacada pelo avanço inflexível de seu mesotelioma, somente próximo ao fim vimos seu otimismo vacilar. No filme ela representou os milhares na Itália, provavelmente milhões no mundo inteiro, que passaram por essa mesma estrada. Mas ela era nossa amiga, uma perda pessoal.

O julgamento falou-nos sobre o início e o final da Eternit na Itália. Nos primeiros dias, os capitalistas estrangeiros foram bem recebidos. Por mais duro e desagradável que o trabalho na fábrica de Casale fosse, ele ainda pagava melhor que outros empregos na região. Mas então ouvimos sobre trabalhadores e sindicalistas heróicos que lideraram a ação de lutar contra a crescente maré da doença, primeiro na fábrica, depois na comunidade. Eles falaram dos cada vez mais frequentes avisos sobre morte postados nas portas da fábrica. Agora seus empregadores são acusados - além de causar intencionalmente um desastre ambiental - de intencionalmente e com conhecimento negligenciar regras de segurança. Os funcionários da fábrica nos primeiros dias viram poucas evidências de qualquer precaução de segurança. Encontramos algumas filmagens, as quais incorporamos ao filme, mostrando a exposição totalmente desprotegida de funcionários a vastas quantidades de fibras.

Conforme o julgamento progredia, nos convencemos de que o uso de amianto pela Eternit em suas plantas italianas (Casale Monferrato, Rubiera, Bagnoli, Siracusa e suas subsidiárias de Cavagnolo e Oristano) foi conscientemente criminoso. Entrevistamos peritos internacionais que documentaram a estratégia da Eternit de manipular a opinião pública e influenciar a política

oficial, não só na Itália, mas em todo o mundo. A campanha de relações públicas da Eternit teve sucesso, conforme foi-nos dito, em fazer com que ninguém questionasse o cronograma da empresa de retirar a tecnologia de amianto em etapas na Itália. Ninguém sabe quantas vidas custou o atraso em encerrar a produção de cimento de amianto na Itália.

Toda a Europa Ocidental agora banuiu o amianto - a Itália já em 1992, seis anos após o fechamento da fábrica da Eternit em Casale. Porque a experiência europeia não teve maior impacto em políticas asiáticas e latino-americanas do amianto? Com tempo em tela limitado para os países em outros continentes, esta não foi uma questão que pudemos tratar completamente, mas espera-se que o público possa ter conhecer um pouco essa questão mais ampla, quando examinada contra o contexto da recente e trágica história de Casale revelado no filme.

O documentário será exibido nas principais redes de televisão na Bélgica, Alemanha, Suíça e França em novembro de 2011, assim como em festivais internacionais de cinema e em outros canais de televisão em 2012. Como produtores, esperamos que nosso trabalho alcance milhões de pessoas. Serão eles que iriam considerar as evidências e fazer seu julgamento quanto à culpa ou inocência de executivos de amianto do passado e do presente.

Outubro de 2011



Um marco no julgamento. Ativistas da AFeVA reúnem-se fora do tribunal de Turin após a última audiência antes do intervalo de Verão de 2010.

13. A ETERNIT NO BRASIL

Fernanda Giannasi¹

Cimento de Amianto no Brasil²

Em 1901, o austríaco Ludwig Hatschek, inventor da fibra de cimento obteve a patente de um processo de produção, baseado na fabricação de papel, usando uma pasta de fluido de fibras de amianto e cimento para produzir um produto que ele chamou de Eternit, Latim “aeternitas”, devido às suas propriedades de durabilidade e resistência, que presumivelmente podia durar eternamente. Este material seria mais geralmente conhecido como cimento de amianto.

Durante as primeiras décadas do século 20, vários empresários obtiveram licenças de Hatschek para começar a produção de cimento de amianto. A Eternit Suíça e a Eternit Belga, entre outras, foram fundadas em 1903 e 1905, respectivamente. A Eternit Francesa foi fundada pelos belgas em 1922.

Em dezembro de 1907, foi obtida autorização para estabelecer a primeira linha de produção de cimento de amianto no Brasil; Hatschek permitia que somente uma empresa usasse o nome Eternit em cada país interessado no processo. Na época, a empresa Pantaleone Arcuri & Spinelli, da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, tomou a iniciativa de estabelecer este “processo revolucionário” no Brasil sob o nome Cimianto. As tarifas alfandegárias para importar o “minério mágico” (amianto) e o transporte e custos operacionais logo a levaram à falência.

Em meados da década de 1930, as empresas europeias já estabelecidas, como as suíça, belga e francesa, começaram a exportar o processo da Eternit a outros continentes em seus esforços para ganhar novos mercados, especialmente a lugares com potenciais reservas de amianto, como o Brasil, garantindo assim seu suprimento através da aquisição de companhias de mineração.

A S.A. Mineração de Amianto (SAMA) foi fundada no Brasil em 1939, obtendo autorização do governo para desenvolver a mina São Félix no município de Poções, atualmente Bom Jesus da Serra, na Bahia. No mesmo dia que a autorização para desenvolver a mina foi obtida, a SAMA foi comprada pela S.A. Brasilit, pertencente ao grupo francês Compagnie Pont-à-Mousson, que depois mudou seu nome para Saint-Gobain.

Em 30 de janeiro de 1940, a Eternit do Brasil

Cimento Amianto S.A foi constituída como uma parceira entre os proprietários da Eternit Suíça e da Eternit Belga.

A Eternit no Brasil³

A produção de cimento de amianto em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, começou em agosto de 1941 e a conclusão da construção da fábrica ocorreu em 1942, como mostrado na foto abaixo.



Foto: Periódico da Eternit “O Telhadinho.”

Em 1949, uma nova fábrica foi inaugurada no Rio de Janeiro.

Com a expansão do mercado de construção civil brasileiro, movida pela febril era desenvolvimentista da década de 1950, a Eternit começou a trabalhar com redes distribuidoras, abrir escritórios comerciais e expandir sua linha de produtos para incluir além das tradicionais folhas onduladas de telhado de cimento de amianto, tanques de água, tubos e folhas planas, entre outros.

Em 1967, durante a ditadura militar e com boas relações com os oficiais militares no poder e portanto - apoio completo, a expansão dos negócios de cimento de amianto a regiões mais distantes começou, descentralizando-se o negócio do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Neste ano, a planta Simões Filho foi inaugurada na Bahia para abastecer a região Nordeste. Neste mesmo ano, a Eternit tornou-se parceira da Brasilit (Saint-Gobain), com 49% do capital da SAMA, iniciando atividades no desenvolvimento de mineração da fibra mineral na Mina de Cana Brava em Minaçu, Goiás, atualmente o terceiro maior produtor e exportador global de amianto (contabilizando 14% da produção mundial de amianto).

¹ Fernanda Giannasi é engenheira civil e pós-graduada em Engenharia de Saúde e Segurança, Inspetora do Trabalho do Ministério do Trabalho e do Emprego desde 1983 e foi Coordenadora do GIA – Grupo Interinstitucional do Amianto - de 1985-1990. Ela é atualmente Gerente Geral do Programa Estadual para Amianto da Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego do estado de São Paulo, Coordenadora da Rede dos Cidadãos Virtuais para o Banimento de Amianto na América Latina, e cofundadora da ABREA, a Associação Brasileira de Pessoas Expostas ao Amianto. Tradutores: Cooperativa de Profissionais em Tradução - Unitrads.

² Em <http://www.eternit.com.br/corporativo/historia/index.php>

³ Ibid.